

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA – INC
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANNY KATHARINE MESQUITA DOS SANTOS

**O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO NO MAGISTÉRIO: UMA ANÁLISE DAS
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE PROFESSORAS APOSENTADAS NO MUNICÍPIO
DE BENJAMIN CONSTANT/AM**

Benjamin Constant – AM

2021

ANNY KATHARINE MESQUITA DOS SANTOS

**O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO NO MAGISTÉRIO: UMA ANÁLISE DAS
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE PROFESSORAS APOSENTADAS NO MUNICÍPIO
DE BENJAMIN CONSTANT/AM**

Trabalho apresentada à comissão Examinadora da
Universidade Federal do Amazonas -
UFAM/INC/BC como requisito parcial à obtenção
do título de Graduada em Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Jarliane da Silva Ferreira

Benjamin Constant – AM

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237p Santos, Anny Katharine Mesquita dos
O processo de feminização no magistério : uma análise das histórias e memórias de professoras aposentadas no município de Benjamin Constant/AM / Anny Katharine Mesquita dos Santos . 2021
57 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Jarliane da Silva Ferreira
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Feminização. 2. Magistério. 3. Educação. 4. Professoras. 5. História oral. I. Ferreira, Jarliane da Silva. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho a minha mãe, **Cássia Souza de Mesquita** e a minha falecida avó, **Maria de Fátima Rodrigues de Souza** que Deus a tenha em um bom lugar, que me incentivaram desde sempre nos estudos, me apoiando constantemente a não desistir, pois o apoio da família é importante na trajetória da conclusão na graduação.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida a mim concedida, me abençoando, protegendo e guiando, pela confiança e determinação em persistir, perseverar e acreditar naquilo que seja o ideal para a minha vida, me deu ânimo e forças todas as vezes que pensei em desistir. Graças ao meu bom Deus que consegui essa conquista e desde já agradeço as outras conquistas que virão.

A minha mãe **Cássia Souza de Mesquita** e avó, **Maria de Fátima Rodrigues de Souza**, os responsáveis pela minha educação e as quais me ensinaram os valores da vida e devido a esses ensinamentos hoje tenho uma graduação.

Agradeço a minha família, que apesar das diferenças e desavenças sempre fizeram enxergar a importância aos estudos e dar prioridade a eles. A meus dois irmãos **Ibrhaim Uriel** e **Brhayam Ariel**, por compreenderem a importância que esse trabalho tem para meu futuro profissional me ajudando a tornar o ambiente do lar mais calmo possível. Ao meu noivo, **Robson Júnior da Silva Pinto** e minha sogra, **Kátia do Nascimento Bastos** pela paciência, bom humor, preocupação, dedicação e compreensão a qual estiveram ao meu lado nas horas em que precisei.

Agradeço a minha antiga orientadora professora e doutora **Marinete Lourenço Mota** pelas orientações e direcionamentos sobre as minhas pesquisas, me dando confiança, amor pelo trabalho e visão futura de um trabalho realizado com sucesso. A minha atual orientadora professora e doutora **Jarliane da Silva Ferreira**, por ela sempre acreditar na minha capacidade, por contribuir nos meus esforços acadêmicos e pela paciência comigo neste trabalho, pela dedicação, paciência, carinho, confiança, e acima de tudo por ter me incentivado e preparado para este trabalho.

As minhas amigas, **Nathacha Ramos Tello**, **Miréia de Castro do Nascimento** e **Eliane de Souza Assis**, enfim a todos que me incentivaram nessa caminhada, que me deram total apoio, agradeço muito a Deus pela vida de vocês.

As professoras aposentadas que aceitaram de bom grado tirar um tempo para receber a mim e a minha orientadora em suas casas para a coleta de dados foram atenciosas e hospitaleiras.

Em suma dou o reconhecimento a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a produção deste trabalho.

Não nasci para ser um professor (assim como sou). Vim me tornando desta forma no corpo das tramas, na reflexão sobre a ação, na observação atenta a outras práticas, na leitura persistente e crítica. Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte.
(Paulo Freire)

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham.
(Nísia Floresta)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC traz como temática o processo de feminização no magistério, uma análise das histórias e memórias de professoras aposentadas no município de Benjamin Constant. Tem como objetivo geral investigar a feminização no magistério, por meio de depoimentos de professoras aposentadas do município de Benjamin Constant/AM. Os objetivos específicos são: Buscar referências bibliográficas abordando a feminização do magistério no país; Pesquisar dados estatísticos recentes retratando o aumento das mulheres na educação; Coletar depoimentos acerca de professoras aposentadas e sua inserção no magistério. As reflexões trazidas aqui trazem as dificuldades enfrentadas e a quebra de paradigmas na sociedade em que pese à existência de hierarquia de poder sobre os gêneros, onde as mulheres são consideradas sexo frágil; as lutas por seus direitos em ter lugar profissional e voz na sociedade resistindo a falsas doutrinas religiosas de que o homem deve ser considerado pilar principal da família e a mulher uma figura submissa. Esse tipo de estudo na área da educação contribui para luta pela igualdade de gênero em que ambos os gêneros podem contribuir para a política, saúde e educação. Os principais teóricos que embasaram na discussão deste trabalho foram Almeida (1998); Arroyo (2001); Louro (2007); Nóvoa (1995); Thompson (1998), entre outros que contribuem com pesquisas acerca dessa temática. Como metodologia foi utilizada a História Oral, dando voz às mulheres na oportunidade delas se posicionarem diante de tantos questionamentos a seu respeito na sociedade, trazido por Thompson (1998) que a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas. Assim entendemos que este trabalho pode contribuir para a colaboração e reflexão às políticas públicas voltadas para a feminização da educação e a necessidade de pautar essa temática nas universidades, para serem debatidas e dialogadas. Como obtenção do resultado da pesquisa a partir das falas das professoras aposentadas, o processo da feminização no magistério em Benjamin Constant se deu pela classificação de gêneros em que o ensino e a preparação para o magistério se deu mais para as meninas da época. A oportunidade de trabalho e carência profissional também influenciou na opção de ingressarem nessa carreira. Por essas razões, a feminização no magistério foi ganhando espaço e potência.

Palavras-chave: Feminização. Magistério. Educação. Professoras. História Oral.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Mulher à beira da gruda na Pré-História.....p. 27

Imagem 02: Atividades das mulheres na Pré-História.....p. 27

LISTA DE SIGLAS

UFAM- Universidade Federal do Amazonas

INC- Instituto de Natureza e Cultura

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNDA – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

HO – História Oral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. JUSTIFICANDO AS OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	12
1.1 A ESCOLHA PELA TEMÁTICA DE PESQUISA: ALGUMAS REFLEXÕES	12
1.2 METODOLOGIA	15
1.2.1 O CAMPO E AS PROFESSORAS SUJEITAS DA PESQUISA	19
2. O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL: A MULHER NA PRÉ-HISTÓRIA E HISTÓRIA	23
2.1 UM BREVE RELATO DO PAPEL DA MULHER NO CONTEXTO HISTÓRICO	23
2.2 A INSERÇÃO DA MULHER NO MAGISTÉRIO	33
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
3.1 A FIGURA FEMININA NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS	36
3.2 RELATOS DE PROFESSORAS APOSENTADAS NO MAGISTÉRIO	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE: MEMORIAL	52
1.1 MEMORIAL – JUSTIFICANDO ESCOLHA PELA TEMÁTICA	52
1.2 BIOGRAFIA	52
1.3 VIDA ACADÊMICA	55

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso mostrará o desenvolvimento da pesquisa realizada com a temática acerca do processo da feminização no magistério: uma análise das histórias e memórias de professoras aposentadas no município de Benjamin Constant/AM.

A temática surge devido a minha vida familiar ser repleta por mulheres professoras, que desde cedo buscaram estudar para conseguir emprego e sustentar seus lares. Assim, com reflexões acerca da educação o objetivo geral deste estudo centrou-se em investigar como se deu o processo de feminização no magistério, por meio de depoimentos de professoras aposentadas do município de Benjamin Constant/AM. Ainda buscou: identificar dados estatísticos acerca do aumento no número de mulheres na educação, para compreender o período em que elas foram aceitas no mercado de trabalho pela inserção no magistério.

Para indagar mais sobre esta problemática procuramos fazer a pesquisa com base na abordagem qualitativa, através de entrevistas utilizando a metodologia da história oral como base de coleta de dados para conseguir informações sobre a problemática em questão, com três professoras aposentadas do município de Benjamin Constant.

Para a realização deste trabalho foram consultados teóricos que abordam sobre a temática como: Almeida (1998); Arroyo (2002); Louro (2007); Nóvoa (1995); Thompson (1998); Virtuoso (2008); Bosi (1995); Meihy (2005); Portelli (2001), entre outros que discutem a mulher na pré-história, a feminização na educação de modo geral e outros que trazem a contribuição para a especificidade da pesquisa. Nesse contexto, com o histórico de homens na educação e as mulheres nos lares, começa a oportunidade de trabalhos para as mulheres, então, os desafios surgem, as exigências de formação docente vão aparecendo e toda uma organização vai se formando. Somando a isso todo um cenário de estrutura, inclusão, capacitação, cargos e etapas vão sendo definidos.

O trabalho apresenta os desafios que a educadora e as crianças enfrentam mediante as especificidades dessa etapa de ensino em determinados períodos históricos. Observa-se que a legislação já foi posta em vigor (Lei nº 5692/71), porém a implementação dessa legislação tornam-se um desafio.

Este TCC traz três capítulos. O primeiro trata da justificativa da escolha da temática, incluindo a biografia e vida acadêmica, também aborda a metodologia que foi utilizada para a coleta de dados. O segundo capítulo traz uma discussão teórica acerca do processo da feminização do magistério, trazendo um breve relato do papel da mulher no contexto histórico e sua inserção na educação. O terceiro capítulo apresenta uma análise, a partir da entrevista

pela história oral, dos dados coletados acerca da figura feminina a partir dos relatos de professoras aposentadas no município de Benjamin Constant.

1. JUSTIFICANDO AS OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este capítulo procederá de algumas reflexões que justificam a escolha pela temática de pesquisa, sobre o processo de feminização do magistério, bem como discorrer sobre as opções teóricas e a metodologia trilhada ao longo dessa jornada.

1.1 A ESCOLHA PELA TEMÁTICA DE PESQUISA ALGUMAS REFLEXÕES

Voltando um pouco à minha infância, desde que comecei a estudar, todas as pessoas que deram me aulas foram mulheres ou se houve um professor que ministrou aula não lembro de forma alguma, o caso é que minhas memórias descrevem a minha infância escolar em torno de mulheres educadoras, isso me deixou bastante intrigada. Após o ingresso na faculdade pude relacionar essa minha curiosidade com o tema de trabalho para a conclusão de curso e saber por fim porque na educação há um maior número de mulheres que de homens. Dentre essa curiosidade também possuem outras: por que e como adentraram no âmbito escolar? Após a entrada no magistério houve mudanças na educação? Se houve quais mudanças foram essas? Será que a entrada das mulheres teve alguma influência nas modificações das leis? Como trataram das capacitações dessas mulheres? A escolha dessa profissão foi por necessidade, influência familiar ou vocação?

Antes de tudo, farei uma breve menção da minha vida pessoal e acadêmica para poder ter o conhecimento do motivo de tal vontade sobre o tema já citado.

O que contribuiu muito para isso foi à figura da minha mãe, ela é professora e isso me inspirou bastante, ao ponto de eu brincar simulando ir para a sala de aula sendo que eu a professora.

Minha vida toda foi ver minha mãe ir trabalhar nas escolas, lembro quando ela dormia tarde corrigindo trabalhos e muitas vezes dizia “Essa letra está horrível, não dá pra entender nada.” Gostava de vê-la corrigir, dar as notas e perguntava como funcionava ser uma professora. Ela cansada muitas vezes me dizia “Estuda minha filha, pra não ser uma professora igual a mim, a gente trabalha muito pra ganhar pouco”. No entanto, eu só pensava em querer ser ainda mais igual ela.

Em 2012, o ano que coleí grau no ensino médio, ainda não tinha o conhecimento da área que iria cursar para dar aula para crianças. Foi aí que ouvi falar do Curso de Pedagogia e pesquisei a respeito. Fiquei maravilhada com tantas oportunidades de trabalho que me proporcionariam após concluir.

Quando eu entrei na faculdade, especificamente em 06/10/2014 no primeiro dia de aula, foi quando eu já me imaginava fazendo parte dessa profissão. Com o passar dos períodos chegamos às práticas e por influências eu deixei de lado a minha curiosidade e passei a querer me aprofundar sobre outros assuntos, não que esses assuntos não fossem interessantes, mas que depois de um tempo ficou entediante. Perdi as contas de quantos temas troquei e cada mês que passava ficava mais próximo a minha defesa de TCC.

Foi quando tive a oportunidade de participar do PIBIC com a Professora Doutora Marinete Lourenço Motta, falando sobre A História da Educação Infantil em Benjamin Constant: Trajetória e Memória, que tive um impulso em voltar a empenhar-me sobre o que realmente queria. No entanto não sabia o tema adequado para o meu trabalho, perguntei a Professora Marinete Motta, ela me indicou a Professora Doutora Jarliane, me auxiliou que o tema que estava procurando tinha relação com a área de história da educação, área de atuação da professora indicada, foi então que me senti mais direcionada nessa caminhada que sabia que não seria tão fácil.

Foi nas conversas com a Professora Doutora Jarliane que falei sobre a minha vontade de explanar sobre as mulheres na educação infantil, como já tinha participado do PIBIC poderíamos aproveitar os materiais caso fosse necessário. Ela foi me orientando com muita paciência, vi em suas falas que ficou interessada no trabalho, isso me deixou mais motivada ainda em querer continuar.

A minha proposta em falar sobre o processo de feminização do magistério no Brasil mais especificamente de professoras aposentadas em Benjamin Constant relatando suas histórias e memórias foi relevante no meu ponto de vista, pois para entender o micro seria necessário compreender o macro, de igual modo pesquisar e associar essas duas linhas de pesquisas foi preciso. Esse trabalho de conclusão de curso vai além de ser só mais uma atividade final de faculdade, está na essência de deixar uma linha de pesquisa para os demais pesquisadores que se sentirem desafiados a continuar essas inquietações.

A verdade é que existem bem poucos trabalhos referentes a gênero na educação e há poucos trabalhos também voltados para o resgate da história da educação do próprio município, por esses motivos que desafiei não só a mim, mas a minha orientadora a trabalhar mais ainda com esse tema. Mas, por que professoras aposentadas? Pela intuição de essas mulheres terem contribuído de alguma maneira na continuidade da educação no município; serem frutos de outras mulheres que iniciaram à educação em Benjamin Constant e colocá-las na história a fim de sustentar seus valores para com a sociedade tendo a comprovação na adição de mudanças não só na educação como em todas as áreas de atuação que a mulher tem

acesso hoje. O ato dessas mulheres foi muito além de reconhecimentos pessoais, acredito que elas falaram por todas as mulheres, representando-as, por aquelas que se sentiram oprimidas, se denominaram fracas e incapazes de lutar por uma melhor qualidade de vida.

Quando eu digo que a mulher na educação é uma conquista histórica, estou se referindo nas conquistas e lutas que elas, nós, tiveram para conseguir um espaço na sociedade onde era dominado pelo homem inicialmente. Antigamente, o posto da mulher era somente ser dona de casa, para ela ter chegado hoje onde está passou por muitas batalhas e guerras para conseguir seus direitos e é isso que quero tratar.

A trajetória da mulher desde os tempos antigos até os dias atuais são inspiradores para qualquer uma e a memória dessas mulheres precisa ser lembrada e registrada. Acredito que cada lugar nesse Brasil tem uma história, têm pessoas que lutaram não só por elas como por outras.

Quando eu falo de mudança na educação, meu pensamento vai ao filme *Escritores da Liberdade*, vejo o quanto a professora vai além de seus limites pra ensinar os alunos. É uma satisfação saber que assim como nesse filme, uma mulher teve ações acima de suas obrigações, em Benjamin Constant também tiveram mulheres que fizeram o mesmo. Abriam mão muitas vezes de suas famílias para levar o ensino a quem não tinha ou tirou da onde não tinha para sustentar os sonhos de algum aluno. Imagino na gratidão depois de uns anos, essas mulheres verem seus antigos alunos vencerem na vida.

Quero ter a honra de falar dessas bravas mulheres e dizer o quanto elas fizeram a diferença na sociedade, mais ainda pela educação. Também ter o orgulho de fazer parte da docência, plantar sementes nos corações de muitas crianças, ver bons frutos no futuro e ter a gratidão de ter feito parte do sucesso deles.

Ser professora vai além de ter um emprego e ganhar um salário todo mês. Ser professora está além de acordar todos os dias para ir para a sala de aula e passar o conteúdo que está no livro. Ser professora está além de passar uma prova para saber quem está apto ou não em sua disciplina. Ser professora está na alegria de ver que eles estão aprendendo a serem pessoas melhores. Ser professora está na satisfação de ver um ajudando o outro. Ser professora é ter um coração grato por receber um abraço, um beijo na bochecha e ouvir “Obrigada professora, sem a senhora não teria conseguido”. Ser professora é ter um olhar cheio de lágrimas ao ver o sucesso de todos, principalmente daqueles que davam mais trabalho na sala de aula. Por esses motivos que escolhi falar sobre esse tema significativo, assim que despertou em mim o desejo de pesquisar e escrever.

1.2 METODOLOGIA

Deve-se entender que a metodologia não é pontual e sim processual como um planejamento que ao longo de sua realização pode sofrer alterações, ou seja, como algo dinâmico. A partir da ideia de uma metodologia que também se faz em seu processo é que podemos direcionar a pesquisa, se necessários for, para rumos que sejam mais significativos e eficazes quanto aos seus resultados.

Optou-se neste estudo pela qualitativa, pois essa abordagem de pesquisa estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Elegeu-se a partir dos objetivos da pesquisa a pesquisa bibliográfica e a história oral a fim de buscar os resultados para este estudo.

Na pesquisa bibliográfica foram consultados livros relativos ao assunto em estudo, vários artigos publicados na internet e que possibilitaram que este trabalho tomasse forma para ser fundamentado.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

A História Oral (HO), como referencial teórico-metodológico apresentou-se como uma possibilidade profícua à realização desta pesquisa, uma vez que o objetivo deste estudo é investigar a feminização na educação, saber como se deu o processo da qual hoje elas lideram em número as salas de aula abordando o trajeto desde os dias mais remotos até os dias atuais. Guedes-Pinto, ao estudar as práticas cotidianas de leitura das professoras-alfabetizadoras e sua relação com os cursos de formação de professores, utiliza a metodologia da HO que, para ela, possibilita movimentos de mudanças e de postura, tanto para o pesquisador quanto para o sujeito pesquisado. Sendo assim, a autora afirma:

A HO preocupa-se, fundamentalmente, em criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional” quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais. (GUEDES-PINTO, 2002, p. 95).

Conforme destacado, ao utilizar os relatos, o pesquisador pode fazer uso das partes que forem pertinentes ao seu objeto de estudo. Segundo Queiroz (1998, p. 18), o pesquisador utilizará em seu trabalho partes do relato que sirvam aos objetivos fixados, destacando os tópicos que considera útil e deixando em separado aqueles que acredita estarem fora de seu interesse e que podem até futuramente tornar-se objeto de reflexão.

Outro elemento fundamental ao trabalho que torna a metodologia da HO como princípio é a importância da memória nesse processo de propor aos sujeitos a retomada do passado, mesmo que recente. A memória aqui é compreendida como trabalho, tal como Bosi (1995) a define, isto é, o processo de rememoração exige daquele que recorda um re-fazer, exige uma recuperação do passado a partir do que foi vivido, até o momento presente.

Guedes-Pintos, em sua análise do trabalho de Moraes (1999), ao realizar uma retrospectiva dos estudos que optam pela rememoração, compreendendo-a como forma também de formação, comenta:

A autora destaca o papel da narrativa das professoras na pesquisa realizada, indicando a narração como um caminho metodológico que proporciona ao entrevistado a possibilidade de reflexão sobre sua própria prática, e até de redirecionamentos em relação à sua vida profissional (GUEDES-PINTO, 2002, p. 42).

Segundo Meihy (2005), outro pesquisador brasileiro que atua na perspectiva da HO, o trabalho com a memória possibilita aos sujeitos pesquisadores uma outra compreensão do período histórico, qual seja:

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança no conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a seqüência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem (MEIHY, 2005, p. 19).

Portelli, ao referir-se à HO e às especificidades que ela possui dentro das ciências humanas, afirma:

[...] a história oral é uma forma específica de discurso: história evoca uma narrativa do passado, oral indica um meio de expressão. No desenvolvimento da história oral como um campo de estudo, muita atenção tem sido dedicada às suas dimensões narrativa e linguística (2001, p.10).

Tendo em vista as considerações feitas acerca da perspectiva teórico-metodológica da HO, a utilização desse recurso para a coleta de dados foi bastante significativa e aproveito para deixar aqui relatos da minha experiência.

Primeiramente é importante agendar as entrevistas sempre a partir da disponibilidade dos sujeitos da pesquisa e não o contrário. A princípio tive receio, no entanto, sabia que seria empolgante e me sentindo no privilégio de poder registrar as falas de mulheres que tanto contribuíram com a história da educação do município. Outro item crucial é o planejamento e preparação para a entrevista, para isso a pesquisadora deve organizar um roteiro que conduzirá as falas.

É importante destacar que este roteiro deve ser flexível e que podem surgir outras questões a partir da conversa com as professoras, e foi o que aconteceu, em cada entrevista apareceram outras e várias questões. É importante ter o poder da escuta, pois neste item quem deve falar é a entrevistada.

Em cada entrevista fui até a casa de cada entrevistada, de posse de caderno de anotações, caneta, celular para usar a função de gravador de voz e um bom humor para aproveitar o momento. Sempre na chegada com a entrevista já agendada realizava a apresentação e logo a formalidade era quebrada. A cordialidade das professoras foi marcante, ofereceram não lindas histórias de vida e profissão, como o aconchego de suas casas, merenda e boa dose de humor. Esse momento da pesquisa foi o que mais me deu satisfação, porque fui a campo coletar os dados necessários, tive o contato com os sujeitos da pesquisa, pude conhecer a realidade de como era na época, as dificuldades e comparar com os dias atuais, analisando as mudanças e vendo como houve diferença na educação.

Na coleta de dados para o TCC, já foi mais fácil de entender o que era pra fazer devido à experiência que tive no PIBIC. A orientadora Jarliane da Silva Ferreira deu a sugestão de trazer os resultados que tinha sido coletado do PIBIC e agregar no TCC para contribuir mais ainda na minha pesquisa. Novamente fui a campo entrevistar os sujeitos da pesquisa para o meu trabalho de conclusão de curso, como atualmente moro em Tabatinga tive que me deslocar para Benjamin Constant e estar presente no dia e horário para ir à residência da professora aposentada.

As dificuldades que tive após a coleta de dados, foram de ouvir e transcrever as falas uma a uma, pois em alguns momentos da gravação tinha ruídos, falas de outras pessoas, barulhos de motos e carros e interferência da chuva que dificultou ainda mais em entender e transcrever as falas.

Acredito ser relevante mencionar que este trabalho de pesquisa procurou se pautar por esses princípios e, assim, buscou trazer alguns elementos importantes para compreendermos, a partir das narrativas das professoras aposentadas, como foram por elas vividas no período da década de 1960 a 1990, na cidade de Benjamin Constant.

Foi trabalhado a entrevista semi-estruturada para a execução da História Oral, sendo consideradas como sujeitos da pesquisa três professoras aposentadas do magistério, que atuaram nas primeiras escolas da Educação pública e privada em Benjamin Constant – AM.

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

No momento da entrevista, o entrevistado pode refletir sobre sua prática, pode se emocionar e pode vir a reformular suas ideias na medida em que se vê perante o outro que o indaga e o escuta. De acordo com Le Vem *et al*:

As entrevistas permitem ao entrevistado uma reformulação da sua identidade, na medida em que se vê perante o outro. Ele se percebe “criador da história” a partir do momento em que se dá conta que, mesmo minimamente, transformou e transforma o mundo (talvez até sem ter a consciência disso), questionado elementos da vida social. Então ele pára e reflete sobre sua vida _ e este momento é acirrado pelas entrevistas, ocorrendo com frequência _ se vê como um ator social e “criador da história”. Essas pessoas, de objetos da pesquisa, se tornam sujeitos, pois percebem não só sua história de vida, mas seu projeto de vida nesse processo de auto-análise (1997, p. 220).

Ao mesmo tempo em que a entrevista possibilita o compartilhar de experiências e aproximação entre o sujeito-pesquisado e o pesquisador, não se pode esquecer de que ambos têm diferentes interesses em uma entrevista. Ao pesquisador interessa ouvir e registrar a narrativa, enfim, o que vai ao encontro do tema estudado, ou seja, o objeto de estudo. Interessa ao pesquisado relatar aquilo que lhe é significativo, que lhe é importante e que, por isto, para ele, deve e merece ser narrado.

Amado (1997) enfatiza o papel ativo do sujeito pesquisado e procura também desconstruir o mito de que apenas o pesquisador tem interesse na pesquisa ou de, ao “desenvolvermos” a pesquisa aos sujeitos, estaríamos fazendo corretamente a parte que nos cabe no “contexto”. A autora chama a atenção para o fato de o sujeito que cabe a entrevista ter também seus próprios objetivos e sua própria agenda:

[...] quando alguém concorda em ser entrevistado, tem objetivos, concretos a atingir, relacionados não ao historiador, mas a si próprio, ou seja: conceder ou não a entrevista é um ato voluntário, integrante de um complexo universo de interesses e estratégias ao qual, muitas vezes, o historiador sequer tem acesso (AMADO, 1997, p. 153).

O pesquisador pretende ver o que é relevante para sua investigação. Diante das entrevistas, pode-se fazer recortes das partes do todo para atender aos objetivos propostos pelo estudo, tendo ciência de que tais recortes devem respeitar a perspectiva da narrativa apresentada pelo entrevistado. Aí está um dos compromissos éticos do pesquisador com os sujeitos e com a pesquisa: ao fazer uso dos depoimentos, deve respeitar e procurar ser fiel à visão do entrevistado.

Os materiais utilizados neste estudo foram: caderno de anotações, caneta, celular como gravador de voz e câmera digital, perguntas elaboradas como suporte de iniciação da entrevista semi-estruturada. Roteiro: O que fazia antes de iniciar a carreira de professora? – Qual motivo ou quais teve para ter ingressado na carreira de professora? – Como foi à implantação do magistério em Benjamin Constant? – Qual o período em que foi professora? – Qual sua idade atual e na época que iniciou como professora? – Por quanto tempo atuou? – Quais foram às conquistas obtidas? Houve formação, áreas para poder haver a atuação de professora?

1.2.1 O Campo e as professoras sujeitos da pesquisa

Neste estudo foram consideradas três professoras aposentadas que atuaram no magistério no município de Benjamin Constant, nas décadas de 1960 aos anos 1990. As professoras aposentadas terão seus nomes legítimos divulgados, tornando público suas histórias e memórias no ato de reconhecimentos e contribuição para a pesquisa na coleta de dados, sem interferir em assuntos pessoais.

A Professora Darcy Rodrigues, tem hoje 79 anos, atuou no magistério iniciando em 1964, atuou por 35 anos no município. Na época de seus estudos para se inserir no magistério cursava apenas até o 4º adicional, ou seja, fazia apenas cinco anos de escolarização.

A Professora Maria de Fátima de Souza Lira, tem hoje 68 anos, atuou no magistério iniciando em 1969, atuou por 30 anos no município de Benjamin Constant, depois atuou mais cinco anos em Feijoal foi onde recebeu a aposentadoria da segunda cadeira. Como nessa época só tinha até a 8ª série, ao concluir já podia ministrar aulas.

A Professora Hortência Ferreira dos Anjos tem hoje 76 anos de idade, iniciou no magistério em 1960, atuou por 30 anos no município trabalhando como professora e depois assumindo o cargo de gestora na primeira escola privada de Benjamin Constant, conhecida como “Casa de Farinha” devido à estrutura ser similar a uma produção de farinha. Depois atuou no magistério nas escolas (Imaculada Conceição e Raimundo Carvalho).

Constituem-se como campo da pesquisa a cidade e as escolas em que as professoras atuaram no Município de Benjamin Constant.

Abaixo traremos a descrição de escolas que foram sendo implantadas em Benjamin Constant e que fizeram parte da atuação das professoras aposentadas, sujeitos da pesquisa. Essas escolas em que as três professoras atuaram, contribuíram na formação da identidade e como se constituíram professoras. Esta parte da descrição é resultado da pesquisa de Iniciação Científica – PIBIC, realizada em 2019, sob a orientação da professora Marinete Mota.

A Escola Estadual Imaculada Conceição foi fundada no ano de 1940, sendo ela a primeira escola do município e oferecer a educação primária, nesse período até o ano de 1943 foi administrada pela Irmã Eulália Maria de São Felipe. Em 1944 – 1949 o cargo passou a Irmã Paulina Maria de Fortaleza. Em 1950 – 1952 pela Irmã Avelina Maria de Sobral. Em 1953 – 1956 pela Irmã Natividade Maria de Campo – Maior. Em 1957 – 1959 teve o retorno da Irmã Eulália Maria de São Felipe. Em 1960 – 1965 pela Irmã Petronilda Maria de Paraíba. Em 1969 – 1971 pela Irmã Benigna Maria.

Na década de 70 teve a iniciação da escola privada na educação infantil, chamada Instituto Pituchinha, administrada pela Professora Elita Maria de Queiroz Takahashi, localizado na Avenida 21 de Abril, local do antigo “independente”.

Havia também nesta época duas escolas particulares, uma chamada Casa de Farinha, devido a estrutura ser similar a uma produção de farinha, em que funcionava o Jardim, 1º ano fraco e 1º ano forte, administrada pela Professora Raimunda Carvalho Ferreira (Dona Roseira). A identificação da outra escola é desconhecida, mas foi administrada pela Senhorita Maria Corrêa de Oliveira ofertando as mesmas modalidades (HORTÊNCIA, 72 anos, entrevista, setembro de 2017).

Novamente a Escola Estadual passava por mudanças. Em 1972 – 1973 pela Irmã Maria Ione Silveira. Em 1974 – 1975 pela Irmã Raimunda Rodrigues Castilho. Em 1976 pela Irmã Diva Martins de Sousa. Em 1977 – 1985 pela Irmã Regina de Oliveira Fortes.

Em 1979 a Casa de Farinha foi fechada para dar início ao funcionamento da Escola Olavo Bilac, situada na estrada 1º de maio administrada pela Professora Hortência Ferreira dos Anjos. No mesmo ano funcionou a Escola Antônio de Souza Braga, localizada na

Avenida Castelo Branco (local onde funciona o cartório de direito), administrado pelo Professor Francisco C. Sales, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Na década de 80, amplia a oferta de educação infantil no município de Benjamin Constant tanto na zona urbana como na zona rural, com média de 3 escola na zona urbana (com o nível de jardim I, II e III) e 20 na zona rural inserida nas classes multisseriadas (com o nível de jardim I, II e III).

Nesse período a educação era ofertada de forma não obrigatória e se dava em nível de Jardim III. Anterior a este ano havia também a oferta de educação infantil nesse mesmo nível na zona rural inserida nas classes multisseriadas na qual temos registro das Escolas, Terezina I, Santa Tereza, C.B.A. Independência, escolas essa hoje pertencente ao município de Tabatinga.

A última freira que a Escola Estadual Imaculada foi dirigida, foi pela Irmã Raimunda Anita de Lima no ano de 1986 a 1993, após ela vieram a ser professores graduados e especializados na área da educação.

A próxima escola que veio ofertar a Educação Infantil em Benjamin Constant foi a Escola Estadual Professora Rosa Cruz, fundada em 20 de julho de 1992, administrada pela Professora Maria Miosótis Monteiro Machado e finalizou em 31 de outubro de 1995. Antes por denominação de Madre Eulália, como nome homenagem a uma do município, Rosa Ferreira da Cruz, determina a desativação, nesse sentido a atual escola fica de Pré-Escolar Professora Rosa Cruz, e passa a oferecer à comunidade local o ensino de Jardim I, II e Alfabetização, de acordo com as normas organizacionais da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto.

A partir de 1998, o sistema estadual de ensino passou por algumas mudanças na estrutura do ensino e nas normas organizacionais, o que atendia aos requisitos da Lei 9.394 de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta determinou que a responsabilidade de oferecer a Educação Infantil fosse responsabilidade prioritariamente do sistema municipal de ensino e o sistema estadual se responsabilizaria em oferecer o ensino fundamental com prioridade no Ensino Médio. Desta forma a partir de 1998, a SEDUC determinou que a escola oferecesse a 1ª série do Ensino Fundamental e deixasse de atender o Jardim I. Em 1999 passou a oferecer a 2ª série e deixou de atender o Jardim II. Em 2000 ofereceu a 3ª série e deixou de atender a alfabetização. Em 2001, passou a oferecer o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série. E em 2005 passou a oferecer o Ciclo Básico do Ensino Fundamental (CIBEF).

Os registros das gestoras que administraram a Escola Rosa Cruz foram: Maria Miosótis Monteiro Machado (1992-1995); Dulcinéia Rocha Abensur (1995-1999); Eronildes Ramos Soria (1999-2017); Josélia Silva de Souza (2017) até os dias atuais.

Em 2008 é criado o Centro Municipal de Educação Infantil Francisco Chagas de Almeida para o atendimento de crianças na idade de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos e a modalidade de Educação Especial. Lembrando que, anteriormente este centro atendia a primeira etapa do ensino fundamental e também a educação infantil.

No ano de 2015 inicia o funcionamento da Escola de Educação Infantil Frei Benigno Falchi, com a oferta de turmas de maternal III, para crianças de 03 (três) anos de idade (anteriormente atendida somente nas escolas particulares) e Pré-escolar I e II para crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos, ampliando o quadro de oferta de educação pública no nível educação infantil, agora de modo obrigatório considerado a primeira etapa da Educação Básica conforme a LEI N° 12.796/ 2013, Art. 29.

2.O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL: A MULHER NA PRÉ-HISTÓRIA E NA HISTÓRIA

O presente capítulo tem como foco a mulher, abordando sua trajetória no processo de ocupação como uma profissional da educação. Aqui cabe analisar o papel importante e fundamental da mulher a respeito de sua inserção no magistério.

Vale ressaltar que em nenhum momento está se fazendo uma comparação com os sexos masculinos e seus ideais perante a sociedade. O intuito é falar da mulher, suas memórias e trajetórias no magistério, a fim de resgatar o que estava perdido no passado, deixar acessível para o público e valorizar o esforço e trabalho de mulheres em prol de todas as outras, para que quebrasse o paradigma de que suas funções eram limitadas para a sociedade.

É importante mencionar que as escolas, as formas e maneiras que as professoras ensinavam no Brasil sofreram, no decorrer dos tempos, diferentes mudanças em suas funções, as quais passaram pelo assistencialismo, custódia e privação cultural até a função educativa sobre essas questões pretende-se abordar neste capítulo.

2.1 UM BREVE RELATO DO PAPEL DA MULHER NO CONTEXTO HISTÓRICO

Até o século XVII, só se reconhecia um modelo de sexo, o masculino. A mulher era concebida como um homem invertido e inferior, desta forma, entendida como um sujeito menos desenvolvido na escala da perfeição metafísica. No século XIX a mulher passa de homem invertido ao inverso do homem, ou sua forma complementar.

No século XIX, a sociedade burguesa inicia a discussão sobre os gêneros. O sexo definiu as diferenças entre macho e fêmea, já o conceito de gênero refere-se à construção cultural das características masculinas e femininas, fazendo-nos homens e mulheres. O gênero é a definição cultural da conduta entendida como apropriada aos sexos numa dada sociedade e numa época específica: “[...] É um disfarce, uma máscara, uma camisa de força na qual homens e mulheres dançam a sua desigual dança” (LERNER, 1990, p. 339, *apud* PEREIRO, 2004/2005).

No século XXI a mulher já tem seu espaço na sociedade como atuante em diversas áreas de trabalho, mas, para entender o lugar da mulher na sociedade, tanto na antiguidade quanto nos dias atuais, há de percorrer e conhecer a história da mulher, entendendo a formação de sua identidade. Compreender a construção de sua sexualidade ao longo da história e como ela conseguiu tais conquistas, desvelar sua história, saber quais desafios à

mulher em si teve de enfrentar na busca de alcançar méritos profissionais e acompanhar sua trajetória aos dias atuais.

Para entender o lugar da mulher na sociedade, tanto na antiguidade quanto nos dias atuais, há de se voltar o olhar para a gênese de sua existência, a formação de sua identidade, de seus grupos sociais, e principalmente seu posicionamento no contexto familiar.

Ao falarmos sobre a condição feminina é necessário traçar um panorama de como tem sido a vida das mulheres na sociedade desde os tempos remotos, numa tentativa de entendermos seus papéis na história e identificarmos em que momento as relações de poder se configuraram em desvantagens para as mulheres.

A representação feminina na pré-história vai desde o aparecimento do homem até o surgimento da escrita, por volta de 4000 a. C. Alambert (2004) discorre que pouco se conhece sobre a igualdade de gênero dessa época por desinteresse de pesquisa dos historiadores. Pois, depois de vários estudos, foram encontrados vestígios que comprova a veracidade da sua identidade. Nessa época, não existia a desigualdade de gênero. Todos eram iguais e exerciam as mesmas funções.

Como afirma Alambert (2004, p. 27),

“Na aurora da humanidade não podemos falar na existência de desigualdades entre o homem e a mulher. Naquele tempo, não existiam povos, nem Estados separados; os seres humanos viviam em pequenos grupos (hordas) e, depois em família e tribos. (...) os seres humanos tinham que se manter agregados, solidários entre si, para sobreviver e se defender dos animais ferozes e das intempéries. Quem se marginalizava perecia. Logo, não havia uma superioridade cultural entre homens e mulheres.”

Além disso, Alambert (2004) dita que o ambiente a que elas estavam expostas era de perigo constante, de maus tempos e, para se proteger e sobreviverem, elas necessitavam da ajuda uma das outras. No entanto, quem escreve a história é o historiador, excluindo o gênero feminino. Como afirma Perrot (2008, p. 185), “da história, muitas vezes a mulher é excluída”.

Na Idade-Média, por volta do século V e XV, o feminino se constitui sobre muitos estereótipos, pois o registro da história foi dominado pelos homens que também se apropriaram de princípios éticos e religiosos. Segundo Macedo (2002), o imaginário feminino na Idade-Média é limitado e demonizado, pois a maior parte da história foi disponibilizada pelos homens, que inclusive se apoiavam nos princípios religiosos.

A função feminina socialmente era distinta da masculina, pois enquanto eles eram considerados detentores da força, das guerras, as mulheres exerciam as funções de doméstica

e da agricultura, permanecendo em ambientes restritos. Além de serem impedidas de realizar funções de cargos públicos, elas também não tinham liberdade de exercer ofícios religiosos e, muito menos, de falar em público. Conforme Nascimento (1997, p. 85), “desde os primeiros momentos da História da Mulher, pode-se observar a insistência com que se recorre ao pensamento dos teóricos antigos e medievais sobre a condição feminina para afirmar a submissão da mulher medieval”.

As funções eram determinadas conforme o sexo, sendo assim, os homens detinham privilégio sobre as mulheres nas funções sociais. Enquanto muitas eram camponesas, senhoras, domésticas e negociantes, os homens ocupavam socialmente os melhores cargos por serem considerados superiores. Bourdieu (2002) afirma que:

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especialmente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (2002, p. 20).

Com o surgimento do capitalismo, houve a necessidade da inserção da mão de obra feminina. Como enfatiza Alambert (2004), a mulher conseguiu alguns direitos que a igualava aos homens no âmbito familiar, nas ocupações das funções, direito ao voto e uma melhor instrução, entretanto, para muitos outros direitos, elas foram consideradas inferiores. Mesmo com essa incorporação, ainda se via a diferença em relação ao sexo: a liberdade estava omissa. A submissão era grotesca. De acordo com Alambert (2004), o gênero feminino, mesmo na Idade Moderna, continua sendo sinônimo de fragilidade. A figura feminina teve participação importantíssima no movimento, porém, sua representação foi renegada pelos historiadores. A única das mulheres em busca do seu reconhecimento e liberdade, frente à política de acesso ao trabalho fora de casa, foi por muito tempo negado.

Mariana Diniz (2006, p. 37) afirma que as imaculadas bandeiras da neutralidade e da objetividade científica, símbolos modernos de um território que se pretendia independente de questões de nação, raça, classe, credo, ou sexo, foram contaminadas pelas manchas negras da pós-modernidade. E o Conhecimento é hoje entendido, por muitos, como um produto que reflete o contexto da sua produção, e portanto política, social e economicamente comprometido.

Nesta linha de pensamento, assume-se que os discursos produzidos acerca do Passado refletem perspectivas analíticas próprias de um grupo específico que tende, em múltiplas circunstâncias, a confundir o seu olhar com o real e a sua narrativa com a verdade.

Por isso, admite a arqueologia do gênero que a quase invisibilidade das mulheres, sujeito menor numa Pré-História escrita por homens, possui causas historiográficas e não históricas. A ausência do gênero feminino nos cenários da ação deve-se, sobretudo, ao gênero dos encenadores da peça, seres masculinos que pensaram, à sua imagem, uma (pré) história masculina.

Mas no mundo contemporâneo, algumas mulheres, incontornáveis protagonistas do Presente, reclamam outro Passado, ou mais exatamente outros papéis no Passado, diferentes daqueles que os homens lhes atribuíram.

Da mesma forma que, em meados do século XIX, a conjuntura intelectual europeia permitia/exigia a abertura de um novo campo do saber, o da Pré-História do Homem cuja trajetória, independente de condicionalismos divinos e do tempo curto da cronologia bíblica, devia ser traçada a partir de testemunhos diretos que exigiam novas metodologias de recuperação e interpretação, nos finais do século XX, tornou-se necessário escrever uma outra Pré-História para essas outras personagens, do gênero feminino, que progressivamente emergem no tecido social do Ocidente (DINIZ, 2006, p. 38).

Entre as múltiplas vozes consagradas na pós-modernidade, houve-se a das mulheres que, empenhadas na construção de um outro Presente, procuram, construir novos inquéritos, os dados necessários para a construção de outros Passados.

A partir dos restos ósseos desta *Australopithecus afarensis* (hominídeo extinto) desenhou-se a imagem de uma fêmea que transporta uma cria e pequenos ramos repletos de bagas, numa atitude lânguida de quem trás as flores para a mesa do jantar... Percebe-se assim que, desde as mais remotas origens e com muito pequenas alterações nos próximos milhões de anos, a função das fêmeas, e depois das mulheres, está já definida pelos cientistas, progenitoras e recoletoras. (DINIZ, 2006, pág. 42).

Se o homem é, sempre, a figura escolhida para ilustrar a marcha da evolução – observem-se obras especializadas ou trabalhos destinados ao “grande público” – as questões de gênero no campo da evolução cultural recebem diferentes tratamentos. As cenas em que se encontram representações de mulheres, muitas mais raras que as de homens, apresentam-nas, por regra, sentadas, muitas vezes sobre os joelhos.

O cenário da ação não apresenta grandes variações, as mulheres são colocadas junto à entrada da gruta, ou no seu interior, dentro do povoado ou à porta da cabana, quase sempre ao

lume, preparando alimentos ou raspando peles, velando pelas crianças de tenra idade e pelos mais velhos.



Imagem1: Mulher à beira da gruda na Pré-História
Fonte: Brasil Escola (brasilecola.uol.com.br)

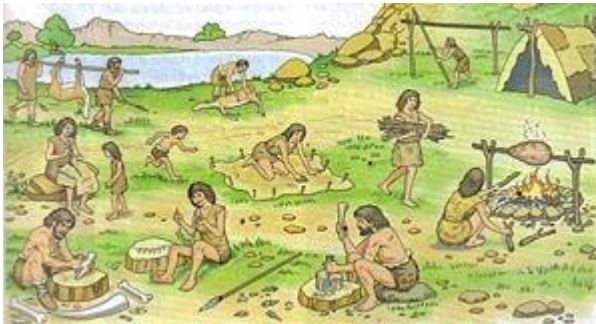


Imagem2: Atividades das mulheres na Pré-História
Fonte: Site Google (sites.google.com)

Os homens produzem cultura, inventam novos artefatos, correm perigos caçando animais selvagens, são artistas que pintam interiores de grutas, abrem campos agrícolas, levam os animais ao campo, inventam a guerra, a metalurgia, constroem casas para vivos e templos para mortos, assumem o poder religiosos, político, econômico, social, em suma... conduzem a História.

Ao sexo e, nestas leituras de forma imediata, ao gênero feminino compete preparar os alimentos, a roupa e o leito a estes heróis anônimos, que libertos desta classe de afazeres podem, entre pares, criar o Progresso.

Neste campo, o protagonismo do gênero, ou mais exatamente, de princípios femininos constituíram desde sempre uma realidade incontornável. Das célebres “Vénus” paleolíticas às menos conhecidas, mas igualmente possantes, “Deusas-mãe” do Neolítico, a figuração de mulheres, que não aparentavam possuir companheiros de panteão, foi, em diferentes etapas da Pré-História, uma constante.

No discurso dominante, a decodificação destas imagens foi quase sempre, e apesar da polissemia dos signos, unívoca. Estas mulheres, muitas vezes obesas, e apesar de raramente grávidas ou acompanhadas por crianças, representariam símbolos de fecundidade, e demonstravam a, compreensível, preocupação do homem com a reprodução do grupo, dos animais e das plantas.

Deificava-se portanto, um atributo que a Natureza oferecera às mulheres, a geração de vida, mas a existência destas “deusas”, criadas em reconhecimento de imperativos biológicos, nunca atribuiu qualquer estatuto social/econômico/político ou religioso, às mulheres no “mundo real”, perpetuamente desconectadas, na historiografia oficial, de qualquer forma de poder.

Em primeiro lugar, e ainda antes de qualquer diferenciação de gênero culturalmente estabelecida, a própria biologia distinguia dois sexos. Homens e mulheres, possuindo anatomias, fisiologias e composições químicas próprias, estariam destinadas, pela própria natureza, a desempenhar diferentes papéis.

Mais altos, mais fortes, mais agressivos, os homens estavam desenhados para tarefas de risco, de ação, de domínio. Ao contrário, a maternidade e o aleitamento, pelouros exclusivamente femininos, orientavam as mulheres para a vida familiar e para os cuidados da prole.

Segundo Lombardo (2009):

Desde que a linguagem surgiu, a educação ajuda o homem a garantir a sobrevivência. Ela permite que as habilidades e os conhecimentos adquiridos com a experiência sejam repassados para as gerações seguintes. Mas, por muitos séculos, não existiam professores, e todos os adultos transmitiam informações aos jovens. Isso acontecia de forma oral e espontânea (LOMBARDO, 2009, p. 35).

Na Pré-História a educação estava diretamente ligada à sobrevivência do grupo. Como não sabiam distinguir o que era ciência e o que era magia, as pessoas agiam por instinto, transmitindo para os mais jovens aquilo que achavam ser necessário para garantir a sobrevivência.

A educação dos jovens, nesta fase, torna-se o instrumento central para a sobrevivência do grupo e a atividade fundamental para realizar a transmissão e o desenvolvimento da cultura.[...] o homem primitivo, que através da imitação, ensina ou aprende o uso das armas, a caça e a colheita, o uso da linguagem, o culto dos mortos, as técnicas de transformação e domínio do meio ambiente. (VIRTUOUS, 2008, p. 35).

Com a revolução verde, que ocorreu na época do Neolítico, inicia-se o surgimento da propriedade privada, a diferenciação entre os sexos e a divisão social. “cria-se uma divisão do trabalho cada vez mais nítida entre homem e mulher e um domínio sobre a mulher por parte do homem [...]”. (VIRTUOUS, 2008, p.35).

A revolução neolítica é também uma revolução educativa: fixa uma divisão educativa paralela à divisão do trabalho (entre homem e mulher, entre especialistas do sagrado e da defesa e grupos de produtores); fixa o papel-chave da família na reprodução das infraestruturas culturais: papel sexual, papéis sociais, competências elementares, introjeção da autoridade; produz o incremento dos locais de aprendizagem e de adestramento específicos (nas diversas oficinas artesanais ou algo semelhante; nos campos; no adestramento; nos rituais; na arte) [...]. (VIRTUOUS, 2008, p. 35).

Embora não estivessem claros os diversos aspectos da educação primitiva, podemos observar alguns aspectos importantes. Assim, Krauss (2010) faz a seguinte observação:

A educação nas civilizações primitivas é dividida em dois gêneros: educação para a sobrevivência: conhecimentos reais úteis à garantia da sobrevivência humana: preparo do alimento, técnicas de caça, confecção do vestuário, construção de abrigo e armas. Educação para o mistério (magia): fenômenos naturais de origem desconhecida – como não tinha respostas para os fenômenos da natureza que ocorriam ao seu redor, o homem se lança às atividades de FÉ. Desenvolveu uma coleção de teorias mágicas e religiosas para explicar tais “mistérios” (KRAUSS, 2010, p. 35).

Também de acordo com Schlichta (2009, p. 105). “[...] esta temática – mulheres e animais – está duplamente ligada à sobrevivência da espécie. Os animais garantiriam a subsistência e as mulheres representariam a continuidade da vida”.

Agora, produtor de seu próprio alimento, ele deixa de ser nômade para fixa-se à terra, tornando-se sedentário. Sobre esse assunto, Denis (2008) acrescenta:

As primeiras aldeias são criadas próximas a rios, de modo a usufruir da terra fértil (onde eram colocadas sementes para plantio) e água para homens e animais. Também neste período começa a domesticação de animais (cabra, boi, cão etc.). O trabalho passa a ser dividido entre homens e mulheres, os homens cuidam da segurança, caça e pesca, enquanto as mulheres plantam, colhem e educam os filhos. A disponibilidade de alimento permite também às populações um aumento do tempo de lazer e a necessidade de armazenar os alimentos e as sementes para cultivo, o que leva à criação de peças de cerâmica, que vão gradualmente ganhando fins decorativos (p.34).

Também na Idade Média, período da história da humanidade em que predominavam os valores éticos cristãos e o ideal da guerra, a mulher tinha seu papel definido e baseado em

estereótipos que reforçavam sua presença restrita ao espaço doméstico e às tarefas do lar. Segundo Macedo (2002), era atribuído à mulher o símbolo da roça, ou seja, um símbolo de uma atividade na vida privada. Já o homem, o símbolo da espada, denotando virilidade, força e violência, sugerindo as atividades no campo de batalha.

Entre o povo Lombardo, no século VII, o código de Leis mais antigo de que se tem notícia, o *Edito de Rotari* (Edito de Rotário), continha parte de seus dispositivos relacionados direta ou indiretamente à mulher. Em sua maioria, tratava da regulamentação dos direitos na realização do casamento e da separação entre os casais, bem como das ações cometidas ou sofridas pelas mulheres que comprometessem ou trouxessem instabilidade à constituição familiar. O artigo 204 explicita:

A nenhuma mulher livre habitante do nosso reino e governada pela Lei dos Lombardos seja permitido viver de acordo com a sua vontade, como *selmundia*, mas que permaneça sob o poder de um homem ou do rei. Não poderá vender ou dar nenhum dos seus bens móveis ou imóveis sem a autorização daquele que detém o seu *mundio*. (MACEDO, 2002, p. 18,19)

O renascimento caracterizou-se, por um momento de renovação da cultura e da moral clássicas. Na Europa, muitas mulheres se destacaram e poderíamos citá-las em várias atividades. Aquelas que se dedicaram à cultura, como, Catarina Cornaro, rainha de Chipre, Jerusalém e Armênia e na Itália, Vitória Colona, marquesa de Pescara e Verônica Gantaria. Na Espanha, Izabel, “a Católica”, foi grande estimuladora das viagens marítimas.

O período é caracterizado ainda por uma época de grandes conquistas no campo artístico e científico, das grandes navegações, das grandes viagens e descobrimentos marítimos, a centralização monárquica e o absolutismo, as guerras religiosas, a nova política econômica e, principalmente, a formação de potências modernas e a expansão colonial.

Dentro desse movimento de efervescência dos descobrimentos de novas terras, chegam ao Brasil, Cabral e sua comitiva. É a partir desse período, que temos algum registro das mulheres na colônia e nossas antepassadas, apesar de subjugadas ao sistema patriarcal e a repressão da igreja Católica, que as viam como indivíduos submissos.

Figueiredo (2002) ressalta que a presença feminina foi sempre destacada no pequeno comércio no Brasil colonial, principalmente o ambulante, onde se consumiam gêneros a varejo, produzidos na própria região. Considera que tal fato se deve a duas referências culturais determinantes no Brasil. Primeiro, o fato de que nas sociedades africanas as mulheres tradicionalmente desempenhavam tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade. Segundo, de influência portuguesa, transpondo para a colônia a

divisão de papéis sexuais da metrópole, “onde a legislação amparava de maneira incisiva a participação feminina.” Outras, “mais poderosas, negociavam, gado e escravos que iam buscar nas cidades litorâneas, montadas em lombo de burro escoltadas por subalternos” (PRIORE, 2003, p.16).

Embora vários autores, ao descreverem as mulheres do Brasil colonial, reconheçam o uso desmedido e silencioso da sexualidade, existia uma diferença entre as mesmas. Em geral as mulheres brancas eram enclausuradas, recatadas. As negras, divertimento do sinhozinho e deleite dos senhores de letra. (PRIORE, 2003, p. 20).

As africanas, embora reduzidas a objetos sexuais, trabalhavam com a foice e a enxada; semeava, catavam ervas daninhas desde a infância, enfeixavam e moíam a cana, cozinhavam o melado, manufacturavam o açúcar, ocupavam-se das tarefas domésticas da casa-grande, lavavam cozinhavam, além de cuidarem de seus maridos e filhos nas senzalas, onde ainda serviam de parteiras e benzedeiças.

A partir do século XVIII, o status da mulher começa a mudar em função do desenvolvimento da sociedade. A Revolução Francesa rapidamente difundiu suas ideias liberais. Período de grandes transformações nos hábitos e costumes na Europa, e também nas relações humanas. Homens e mulheres assumem nova atitude tanto no convívio privado quanto no coletivo.

No Brasil, a vinda em 1808 da família real portuguesa trouxe grandes reformas administrativas, culturais e socioeconômicas. Instalaram-se no Rio de Janeiro, indústrias, instituições de ensino superior, Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e um modo de vida europeu. Essas transformações possibilitaram uma mudança no comportamento das mulheres da classe superior urbana, que eram frequentemente vistas nos teatros, festas da família real e recepções. Apesar de sempre acompanhadas, deixaram para traz o “enclausuramento” doméstico.

De maneira geral, a mulher de classe alta, apesar do acesso aos salões e às festas da corte, continuava exercendo a função procriadora, administrando o lar, e principalmente a responsabilidade pela transmissão dos primeiros valores e do “aperfeiçoamento moral” dos filhos. Junta-se a estas, a tarefa de organização de festas e reuniões, já que agora ela é também a incentivadora e a colaboradora do homem na conquista de êxitos.

Rocha-Coutinho (1994) destaca que, como responsável pelo sucesso do esposo, as mulheres desempenharam papel importante nas festas, nos salões políticos e sociais e nas idas ao teatro “A habilidade e a demonstração dos dotes femininos, inclusive os físicos, nestes eventos, podia ter papel decisivo na elevação social do marido”.

As últimas décadas do século XIX, apontam para a necessidade da educação da mulher, vinculando-se à modernização da sociedade. Em decorrência do novo papel, as meninas ricas e casadoiras, que durante muito tempo tiveram sua escolarização atrasada em relação aos meninos, passam a receber, além dos conhecimentos inerentes a sua condição de “boa mãe”, aulas de piano, francês, canto e dança, de modo a proporcionar companhia mais atraente nas reuniões sociais.

De acordo com os dados estatísticos do IBGE na década entre 1960 a 1990, o perfil da educação brasileira apresentou significativas mudanças nas duas últimas décadas. Houve substancial queda das taxas de analfabetismo, aumento expressivo do número de matrículas em todos os níveis de ensino e crescimento sistemático das taxas de escolaridade média da população.

No que se refere à escolaridade da população, observa-se duas tendências importantes. Primeiro, o crescimento da renda per capita verificado nas quatro últimas décadas foi acompanhado de contínua expansão da taxa de escolaridade média, passando-se de dois anos de estudo em 1960 para cerca de cinco anos em 1990. Em segundo lugar, a progressiva queda da taxa de analfabetismo, de 39,5% para 20,1% nas quatro últimas décadas, foi paralela ao progresso de universalização do atendimento escolar na faixa etária obrigatória (7 a 14 anos), tendência que se acentua a partir de meados dos anos 70, sobretudo como resultado do esforço do setor público na promoção das políticas educacionais.

Faz-se necessário reconhecer que a entrada das mulheres nas Escolas Normais trouxe forte possibilidade de acesso à instrução pública, favorecendo a abertura de um espaço profissional. Espaço conquistado pela recusa feminina à desigualdade, à passividade e à inoperância a que até, então, estavam submetidas.

As Escolas Normais abrem novas possibilidades às mulheres solteiras tornando-se uma forma de trabalhar, para as que não conseguiram se casar, assim deixariam de ser um peso para a sociedade. Além disso, o magistério, visto como um prolongamento das funções maternas era aceitável como profissão de mulher. “[...] Neste sentido, a mulher passa a ser essencial na esfera pública e algumas ações que lhes eram pertinentes no espaço privado irão ampliar-se ao público pela sua ação educativa junto às crianças.” (GASPARI, 2003, p. 59).

Algumas vozes afirmaram que as mulheres tinham, por natureza, uma inclinação para o trato com crianças por serem as primeiras e naturais educadoras, nada mais certo do que lhes confiar a educação dos pequenos. Se a maternidade era o destino primordial da mulher, o magistério representaria uma extensão dessa maternidade, e para tanto seria representado como a uma atividade de amor, de entrega e doação.

A partir de então passaram a ser associadas ao magistério características tipicamente femininas: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Características essas que vão se articular à tradição religiosa de que a docência deve ser percebida mais como um “sacerdócio” do que uma profissão.

A importância de se entender o que ocorreu no processo de feminização do magistério à medida que as mulheres foram ocupando o espaço na sala de aula e se constituindo na maioria do corpo docente em quase todos os países ocidentais, é o empreendimento deste estudo.

2.2 A INSERÇÃO DA MULHER NO MAGISTÉRIO

A maciça entrada de mulheres no Magistério Primário Brasileiro e as implicações desta feminização para o exercício da profissão docente e para a caracterização do espaço escolar são o foco deste subtópico.

A escola tem papel fundamental na construção do cidadão e se fundamenta em transmitir, de maneira organizada, coerente e lógica, os conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade (OLIVEIRA et al, 2013). Mas apesar desta importância para a produção do conhecimento científico, filosófico, cultural e político, a educação foi durante muito tempo um privilégio tanto para o seu estudo e quanto para o ensino, estritamente somente para homens brancos e de classe mais abastada, tanto (LOURO, 1997). Isso levou a um cenário que durante muito tempo, as mulheres viveram à sombra dos homens e sob as imposições das escolhas masculinas sem a consideração de seus desejos próprios.

No que se refere à história da profissão docente, podemos perceber que o magistério se tornou uma ocupação majoritariamente feminina no fim do século XIX, esta transformação reflete até hoje na conjuntura do quadro docente das Instituições de ensino (XAVIER, 2014). As trabalhadoras que já estavam presentes no espaço público por meio do trabalho, majoritariamente doméstico, continuaram por muitas décadas sem acesso à escola. Entretanto, aquelas que possuíam condição, brancas e da classe média, pouco a pouco iam conquistando seu espaço, frente ao cenário profissional relacionado à educação (LIMA, 2015).

Dada a importância da presença da mulher no contexto da História da Educação e destacando os motivos e acontecimentos históricos que levaram ao atual cenário da educação brasileira, qual seria a natureza desta predominância de profissionais mulheres? Esta presença acentuada da mulher na educação ao longo do tempo foi sendo naturalmente assumida, como um trabalho tipicamente feminino, isso é, por ser associado as suas habilidades afetivas e maternais. Outro fato que será explorado neste capítulo condiz com o processo histórico o

qual seria justificado pela evasão da presença masculina da profissão docente pelos baixos salários e pela desvalorização da profissão, fatos provenientes justamente pelo processo de feminização da educação.

Segundo a historiadora Mary Del Priore (2007), até meados do século XIX, o propósito da educação feminina se dava somente através de um aprendizado dos afazeres domésticos, principalmente para aquelas mulheres de classes inferiores da sociedade, onde não havia por meio das elites educacionais uma preocupação com a instrução profissionalizante da mulher. Foi a partir da abertura de instituições para educação das meninas que se iniciou espaços de profissionalização da mulher, neste espaço a mulher começou a ter oportunidade de atuar fora dos portões de casa, possibilitando assim a articulação do poder. As mulheres tomaram seu espaço no campo educacional como professoras, mas eram isentas de ensinar geometria, essa disciplina era critério para estabelecer níveis de salários o que acentuava também a discriminação sexual (FREITAS, 2000).

Segundo Telles e Silva (2013), foi somente no século XX que as mulheres ganham visibilidade por meio de livros e manifestos de sua própria autoria, tendo a mídia cada vez mais atuante, movimentos sociais, revistas direcionadas, recenseamentos. Isso proporcionou as condições para que mulher pudesse iniciar o processo, aonde pode ter espaço para a sua inserção no mercado de trabalho. Para as mulheres cabe o desempenho de funções onde a força física não seja exigida, onde o poder da sedução possa ser usado, e onde os seus cuidados possam ser aplicados. O acesso que as mulheres começaram a possuir à educação, principalmente o ensino superior, trouxe uma nova realidade, mas, mesmo assim, a mulher só poderia assumir trabalhos com profissões ligadas a saúde e à educação (WOLFF, 2010). Conforme Almeida (1996), que também argumenta que o trabalho feminino deixou de ser ditado apenas pelos atributos de vocação e missão, tornando-se, no cenário econômico do século XX, uma exigência ante os tempos que corriam, não somente pela profissão em si, como em relação ao ingresso financeiro (p. 83).

Almeida (1998) aponta que a transformação histórica do magistério também esteve ligada às alterações nas relações patriarcais, que reestruturaram a sociedade do século XX. Ao homem continuou a incumbência de prover o sustento da família, porém a realidade forçada pela modernização configurou-se de forma diferente: muitas vezes era a mulher que tinha que ir em busca de uma profissão para sustentar a casa. É neste sentido que a autora afirma que “[...] o maior motivo de as mulheres terem buscado o magistério estava no fato de realmente precisarem trabalhar” (ALMEIDA, 1998, p. 71). Portanto, o magistério foi para elas a forma

de sustentarem a si e suas famílias por meio de uma profissão mais notória que as demais possíveis. As que não recorreram à docência como forma de sobrevivência, procuraram a partir do magistério uma maneira de deixar a posição invisível e subalterna que o mundo doméstico as impunha e obter uma realização social.

Rabelo (2004) ressalta outro fator importante com relação à feminização do magistério. Segundo a autora este processo teve também um cunho político: como as professoras já ganhavam menos que os professores e para que se pudesse expandir o ensino para todos, conforme era estimulado pela modernização, era necessário que o governo gastasse menos com os professores. Todavia, os homens não aceitariam reduzir seus salários, então nada melhor que a mulher assumisse este posto, com o belo discurso de que a alma feminina possui vocação natural para essa profissão. Catani (1997, p. 2829) apud Rabelo (2004) mostra como esse pensamento justificava-se:

Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia – procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras a serem ignorantes, mas se podia dizer que o saber não era tudo nem o principal. Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não por coincidência este discurso foi dirigido às mulheres. (p.28-29).

Contudo, em consequência dos motivos quantitativos, qualitativos, políticos, sociais, a inserção da mulher em salas de aula deu-se muito dada às atribuição de características essenciais femininas à docência, a profissão docente tornou-se um legado feminino e esta constatação pode ser feita em visitas as escolas de Educação Infantil e dos Anos Iniciais espalhadas por todo país.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo trazer os resultados obtidos na utilização da abordagem de entrevista semiestruturada e história oral, a fim de confirmar as afirmações dos autores utilizados como embasamento nas pesquisas bibliográficas.

3.1 A FIGURA FEMININA NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

O debate sobre a profissionalização docente não é recente. No Brasil ela aconteceu em decorrência de profundas transformações econômicas e sociais. Assim, a formação de professores é um assunto tão antigo quanto atual, tão explorado quanto desconhecido. Em seu contexto histórico, a profissão docente, passou por constantes acontecimentos e transformações.

Dessa forma, o texto que se segue irá trazer uma breve contextualização relacionada a gênese do processo de formação docente desde a educação jesuíta na colônia, perpassando pelo período pombalino, bem como também o ensino baseado no método Lancaster e dos professores adjuntos, além de tratar da educação na época das escolas normais e do ensino complementar, completando com discussões sobre os Centros Específicos de Aperfeiçoamentos do Magistério e a formação de professores nas universidades.

Ao percorrer a história da educação, pode-se perceber que inicialmente a educação no Brasil era de responsabilidade dos jesuítas, passando em seguida à ser de responsabilidade da coroa portuguesa, após a expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal. Dessa maneira é possível constatar que a formação docente tornou-se sólida, porém frágil, pois a educação brasileira nesse período ficou sem um ensino de qualidade, já que foram os jesuítas que organizaram o sistema de ensino.

Já no século XIX, o surgimento das escolas normais, constituiu um passo importante para a evolução do processo de profissionalização e na feminização do magistério com a permissão da entrada das mulheres na carreira docente. Quanto a esse aspecto, Nóvoa (1995) afirma que a afirmação profissional dos professores é repleta por lutas e conflitos, já que muitos dos problemas vividos hoje na educação, tem suas raízes nos problemas enfrentados pela profissionalização docente ao longo de sua história.

Após o surgimento da democracia na Grécia Antiga, a busca por explicações relacionadas a existência deixa de ser o foco principal das questões filosóficas. Saber falar para valer seus interesses era agora o propósito desses filósofos. Assim surgem os sofistas, que ensinavam a quem pudesse pagá-los, pautado na persuasão e convencimento. Embora os

processos relacionados a educação variassem de uma sociedade para a outra, a figura do professor sempre esteve à frente desses processos, além disso, a educação tinha papel centrado na figura do sofista no processo de ensino-aprendizagem, e mesmo enveredando discussões mais intensas acerca da constituição pessoal e profissional do professor, pode-se dizer que desde a Antiguidade, a figura central do processo educacional era o professor.

A partir do século XVIII era preciso uma autorização do Estado para lecionar. Essa autorização é adquirida através de um exame requerido pelas pessoas que tivessem acima de 30 anos, possuíssem um comportamento moral e conhecessem o que deveriam ensinar, delineando assim, um perfil de professor para lecionar. Já no ensino de primeiras letras, precisavam ter alguns conhecimentos básicos, como ler, escrever e contar.

Assim, a primeira instituição de preparação de professores no Brasil foi instalada a partir de 1820, baseado num ensino mútuo através do método Lancaster, ensino caracterizado pela falta de contato entre aluno e professor. Este instruía um monitor para atender aos alunos da classe. Ao mesmo tempo em que o aluno atuava como monitor, era treinado para o ofício de mestre. O método Lancaster parecia resolver o problema da implantação de escolas e da formação de professores, pois atendia à necessidade da população e resolvia o problema da falta de professores(NÓVOA, 1995).

Só tinha até a 8ª série em Benjamin e quem quisesse fazer o segundo grau ia pra Manaus. Aqui a 8ª série era como se fosse o segundo grau, terminada e já era professor. Eu comecei a trabalhar com 16 anos (1969), sempre por falta de professor. (PROFESSORA FÁTIMA LIRA, 2021).

Até o século XIX, o corpo docente em sua grande maioria, era formado por professores homens, pois acreditava-se que as mulheres não eram capazes de desenvolver esse trabalho. Ao longo da segunda metade deste século, houve uma crescente saída dos homens do ofício de professor devido a ampliação das oportunidades de formação e de trabalho nas indústrias e a advento da expansão do capitalismo. Dessa forma, visando à modernização da economia viram a educação como elemento essencial para o desenvolvimento do país, reconhecendo a necessidade de um investimento na educação feminina na época.

Então, o magistério passa por uma nova fase: a feminização, com a entrada de muitas mulheres no ensino primário a partir dos anos 1940, correndo uma divisão das funções entre homens e mulheres ao atuarem na docência: as mulheres tinham que ensinar as meninas, tendo mais crianças para instruir em sociedade e os cuidados domésticos, enquanto os homens

ensinavam os meninos, sendo que avaliavam seus alunos deferentemente e tinham programas e currículos distintos.

“O estudo para ser professora era só pra menina, menina. O estudo para ser professora era pra meninas, não tinha pra mais ninguém. O colégio interno, das freiras, era pra meninas” (Professora Darcy, 2021).

A entrada da mulher para a profissão docente acontece timidamente acompanhando a inclusão das meninas na educação, a instrução feminina deveria ser responsabilidade de mulheres. “O repúdio à coeducação liderado pela Igreja Católica e a necessidade de professoras para reger classes femininas possibilitaram a abertura de um espaço profissional para as mulheres no ensino” (ALMEIDA, 1998, p. 65).

O ensino normal passa agora a entrar em decadência e desprestígio, e foi a sua reformulação que resultou no surgimento do curso de Habilitação Específica para o Magistério, porém, esse curso não foi capaz de acabar com o desprestígio dos cursos de formação de professores. Além disso, constituiu-se como um avanço qualitativo, pois além da entrada da mulher no magistério primário, houve também a ocorrência da escolarização e da profissionalização.

Outro problema que marca o trabalho do professor é a falta de valorização, ou seja, a sociedade não reconhece nem valoriza o trabalho do professor como um profissional de grande importância para a formação social, intelectual e moral dos sujeitos, pois a influência das imagens que a sociedade projeta neste profissional, prejudica o seu trabalho. Como afirma Arroyo (2002): “Somos a imagem que fazem de nosso papel social, não o que teimamos ser” (p.29).

Nesse processo as meninas se inseriam nos colégios de forma interna, com horários estabelecidos para estudo, oração (com missas) e muito trabalho doméstico, preparo das refeições, como manter limpeza do prédio, da igreja: “cada qual cuidava de seu cada qual, tinha um grupo que ficava com a limpeza de cima, outro de baixo, um grupo da limpeza do refeitório” (Professora Darcy, 2021).

Carvalho (1996) ressalta que faz toda diferença no estudo do trabalho docente o fato de termos uma maioria de mulheres como professoras. Isto significa admitir que em qualquer processo de trabalho, seja exercido por homens ou por mulheres, o gênero faz diferença.

Os estudos realizados por Almeida (2006) apontam que as religiões foram decisivas para esta distinção entre os sexos e pela definição de padrões comportamentais femininos: o catolicismo impondo às mulheres a imagem da Virgem e Mãe; o protestantismo com seus

ideais ascéticos e puritanos; o islamismo, sujeitando o sexo feminino às diversas humilhações e lhes tomando sua liberdade individual.

O cristianismo inspirou muito o modelo de mulher estabelecido desde o século XIX, instituindo formas de comportamento em que se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando assim uma representação simbólica de mulher. Segundo Almeida, “essa ideologia vai desqualificar a mulher do ponto de vista profissional, político e intelectual” (2006, p. 68).

As reivindicações e resistências das mulheres lhes garantiram grandes avanços, no entanto, ainda há muito por fazer visto que, atualmente, muitos dos lares brasileiros são sustentados com o trabalho feminino, e ainda assim elas continuam recebendo salários inferiores e sofrendo com a violência, principalmente familiar.

São estas mesmas mulheres estereotipadas e discriminadas, que lutaram e lutam para garantirem seus espaços na sociedade, que hoje são maioria conduzindo nossas salas de aula e com a responsabilidade de educar nossas crianças. Atualmente, é um fato já confirmado de que as mulheres são maioria lecionando na Educação Infantil e Anos Iniciais. De acordo com o INEP, os níveis de creche, de pré-escola e de 1ª a 4ª séries do fundamental concentram maioria feminina, com porcentagens de 97,9%, 96,1% e 91,2%, respectivamente.

Proclamada a Independência, surge um discurso oficial que enfatizava a importância da educação para a modernização do país, com intuito de afastar de vez a imagem de um “Brasil atrasado” e inculto.

Não é fácil ser professora. Ainda sou. Não é só porque sou aposentada que deixei de ser. Eu comecei a trabalhar com 16 anos (1969), sempre por falta de professor. Trabalhei com os adultos, eles iam até a minha casa, reunia o pessoal, eles queriam aprender a ler e escrever. Trabalhei no MOBREAL, foi a minha base (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Era só com adultos que trabalhava, depois veio o EJA (PROFESSORA FÁTIMA LIRA, 2021).

Em meados de 1827, os legisladores determinaram que se estabelecessem “escolas de primeiras letras” em todas as cidades e vilas mais populosas do Império, porém a realidade ainda estava muito distante dessa imposição legal (LOURO, 2007, p. 444).

De acordo com Louro (2007), havia algumas escolas espalhadas pelo país, com maior número para meninos, mas também para meninas. Era estabelecido que professores lecionariam para as classes de meninos e professoras para as de meninas. Portanto, o número de homens lecionando neste período era superior ao de mulheres.

Estes professores e professoras deveriam ser pessoas de exímio caráter, pois os pais lhe confiariam à educação de seus filhos. Algumas diferenciações nas tarefas cercavam o trabalho destes mestres e mestras. O ensino básico voltado à leitura, escrita, as quatro operações e a doutrina cristã eram tarefa de ambos, porém em determinado momento, para os meninos deveria ser ensinado geometria e para as meninas bordado e costura. Esta “[...] diferenciação curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro – que só seria usufruído pelos professores” (LOURO, 2007, p. 444).

O século XXI já eliminou de vez as diferenciações nas maneiras de instrução entre homens e mulheres, e esta afirmação é percebida pelo grande número de mulheres que procuram pela educação superior, segundo pesquisas um número muito acima da quantidade de homens. Porém, mesmo com todos estes avanços femininos, a sociedade persiste em definir papéis sexuais diferenciados para homens e mulheres. De acordo com Almeida, “essa visão induz à estereotipia sexual, na qual se espera de cada sexo comportamentos predeterminados, e isso se reflete principalmente quando a criança chega à escola” (2006, p. 94).

No dizer da Íria BREZEZINSKI (1987, p. 27) “é notável a interdependência do ensino primário e a formação do professor. À medida que aquele se expande, esta evolui”, revelando a clara intenção de formar profissionais para atuarem no ensino primário.

Essa função era exercida por mulheres (embora não proibida aos homens), na verdade tratava-se de uma ocupação e não propriamente uma profissão. Era uma missão digna para as mulheres, ainda dos segmentos economicamente favorecidos da sociedade e cuja característica marcante era ser uma extensão do lar, do papel de mãe e coerente com a de esposa.

Na década de 60 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, já era exigida para as Escolas Normais a formação dos professores. A Lei estabeleceu um currículo único para toda a federação, sendo que cada Estado poderia acrescentar disciplinas ou desdobrar as que foram definidas.

Do curso de formação do professor constam “Metodologia do Ensino Primário” (2º e 3º anos) e “Prática de Ensino” (3º ano). A Lei Orgânica regulamentou a imprecisão quanto às disciplinas Didática, Metodologia e Prática de Ensino. Explícita claramente a necessidade da prática de ensino primário na formação do professor (como regente, professor ou especialista). Entretanto, a Lei n. 4.024/61 não alterou a formação do professor primário conforme na Lei Orgânica.

A identificação da mulher com a atividade docente gerou muitas discussões, disputas e polêmicas. Destinar as mulheres consideradas despreparadas intelectualmente para educar o futuro da nação era considerado pura insensatez para alguns. Já outros argumentavam na direção oposta, afirmando que as mulheres tinham “por natureza” o jeito e cuidado para lidarem com as crianças, portanto nada melhor que responsabilizá-las pela educação escolar dos pequenos. Outro argumento propagado era que os lares não sofreriam a ausência feminina e a sua inserção na docência não alteraria seu papel social, visto que cuidar de crianças e educa-las era o destino que se esperava que fosse cumprido por elas.

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, basta pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la (LOURO, 2007, p. 450).

A amostragem se constitui por um universo populacional que na educação do Brasil o número de professoras aumentou absurdamente e nas entrevistas com as professoras aposentadas houve a confirmação que há mais mulheres nas salas de aula do que em outros cargos.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve um aumento no número de lares brasileiros em que mulheres são as principais provedoras. Esta constatação foi percebida a partir da última Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNDA), que aponta que, entre 1992 e 2009, as famílias com e sem filhos chefiadas por mulheres passaram de 0,8% para 9,4% do total. Em números absolutos, isso significa que, em 2009, 4,3 milhões de lares brasileiros encontravam-se nessa categoria. Contudo, mesmo com muitas mulheres à frente dos lares, elas continuam na condição de “cuidadoras”.

Ainda segundo o IPEA, em 2009, 89,9% das mulheres que trabalham fora também se dedicavam aos afazeres domésticos, enquanto entre os homens essa proporção era de 49,6%. A dupla jornada ainda é mais pesada para as mulheres. Atualmente a mulher participa ativamente do mercado de trabalho, contribui na renda das famílias, mas continua designada aos mesmos papéis sociais construídos antigamente, voltados para o cuidado com os outros: o marido, criar os filhos, atender à família e cuidar da casa.

Contudo, em consequência dos motivos quantitativos, qualitativos, políticos, sociais, a retirada dos homens das salas de aula e a atribuição de características essenciais femininas à docência, a profissão docente tornou-se legado feminino e esta constatação poder feita em visitas as escolas de Educação Infantil e dos Anos Iniciais espalhadas por todo país.

3.2 RELATOS DE PROFESSORAS APOSENTADAS NO MAGISTÉRIO

A pesquisa foi realizada com base nos relatos de três professoras aposentadas. Estas representações de professoras tiveram e tem papel ativo na construção da profissão docente, determinando características, habilidades, comportamentos e atitudes essenciais para o exercício da função, e designando significado e sentido ao que era e ao que é ser professora. Segundo Louro (2007) “ao se observar tais representações não se está apenas observando indícios de uma posição feminina, mas se está examinando diretamente um processo social através do qual uma dada posição era (e é) produzida” (p. 464).

“Não tinham homens para serem professores. O trabalho dos homens era diferente do trabalho das mulheres, era mais braçal e as mulheres iam estudar. Eram só mulheres que estudavam para serem professoras nessa época” (Professora Darcy, 2021).

Este relato da Professora Darcy, relacionando e aproximando a posição social à profissão docente, pode vir a confirmar como essa representação apontada por Louro (2007), foi e é incorporada pelas próprias mulheres atuantes na área. Por meio das entrevistas foi possível perceber que apesar dos diferentes tempos de atuação, e, portanto das poucas diferenças de épocas e contextos de formação, as três entrevistadas consideraram as mulheres as únicas para o exercício do magistério como responsáveis por essa melhor aptidão pelo simples fato de existir a carência de homens para trabalhar e também já sendo ensinadas a serem mães domésticas a cuidar do lar. Este estereótipo foi criado e incorporado pela sociedade.

Este discurso ajudou a estabelecer “características femininas” como requisito para a docência. Almeida (2006) aponta que “instruir e educar crianças era considerado não somente aceitável para as mulheres, como era também a profissão ideal em vista destas possuírem moral ilibada, sendo pacientes, bondosas e indulgentes para lidar com os alunos” (p. 82).

As professoras falaram da origem familiar da escolha de sua carreira, seja porque provinham de uma família de professores, seja porque essa profissão era valorizada no meio em que viviam. Encontra-se aqui a ideia de “mentalidade de serviço” peculiar a certas ocupações femininas.

“Você não pode sair daqui e não pode ficar sem fazer nada também, então a única coisa, você já está dando sua aulinha, aquela coisa toda, o pessoal tá gostando, é melhor você ficar como professora” (PROFESSORA FÁTIMA LIRA, 2021).

Com o avanço da educação escolar e as exigências legais a formação de professores começou a se dar no segundo grau (chamado magistério). Conforme relato da professora Fátima Lira:

“Fui para Manaus, porque o Secretário Mário Morim, na época ele pegou todos os professores de todos os Municípios do Amazonas pra poder implantar o segundo grau aqui, porque não tinha. Ele mandou (Mário Morim) chamar todos os professores que tinham concluído a 8ª série, para ir fazer o Curso de Magistério. O curso que é de três anos, fizemos em 10 meses, foi corrido” (2021).

A partir dos relatos das professoras acerca da formação constatou-se aquilo que Nóvoa (1995) aborda:

Assim, analisando o passado, e olhando para o presente dos professores, percebemos altos e baixos na formação docente, suas fragilidades, seus limites e possibilidades. Dessa forma, a afirmação do professor enquanto profissional, é um percurso repleto de lutas e de conflitos, de excitações e de recursos. (Nóvoa, 1995, p. 21).

As exigências para atuar no magistério foram avançando ao longo dos anos. Professora Darcy, atuou no magistério iniciando em 1964, e na época de seus estudos para se inserir no magistério cursou apenas até o 4º ano adicional, ou seja, estudou apenas cinco anos de escolarização e já iniciou como professora.

A professora Fátima Lira, atuou no magistério iniciando em 1969, atuou por 30 anos no município de Benjamin Constant, depois atuou mais cinco anos em Feijóal foi onde recebeu a aposentadoria da segunda cadeira. Como nessa época só tinha a 8ª série, ao concluir já podia ministrar aulas.

A professora Hortência, atuou como gestora na primeira escola privada de Benjamin Constant, conhecida como “Casa de Farinha” devido à estrutura ser similar a uma produção de farinha. Depois atuou no magistério nas escolas Imaculada Conceição e Raimundo Carvalho. E disse que para atuar no magistério também precisou apenas do 4º ano adicional.

Como verificou-se a entrada da mulher no magistério se deu, principalmente, pelo aumento de cargos onde os homens saíram das salas de aula que trabalhavam com crianças, indo em busca de outras atividades com melhores remunerações ou para séries mais elevadas de escolarização para atuar como professores. Neste contexto, a falta de quem pudessem continuar com essa profissão permitiu que as mulheres adentrassem e ocupasse esse cargo. Em Benjamin Constant, foi o fato que as aulas foram específicas para as meninas e ainda

tinham estudo sobre como ser dona de lar, então, em outras palavras, você concluía os estudos para ser professora ou para ser dona do lar.

Este trabalho mostrou que as mulheres com muita luta e persistência sobre seus direitos conseguiram espaço na sociedade, em que os cargos que eram somente para homens passaram a ser das mulheres também, mas infelizmente as mulheres ainda sofrem com as estereotípias criadas acerca de seu gênero e que essas definições tiveram implicações diretas no exercício do magistério.

As representações construídas das professoras mulheres com instinto maternal e o cuidado de crianças em sua essência só as qualifica para estarem à frente das salas de aula, lidando diretamente com os alunos. Quando se trata de administração e decisões, então julga-se que o homem é o mais apropriado. Esta é a triste e errônea visão de uma sociedade ainda patriarcal e preconceituosa, que finge ter eliminado de vez as dicotomias entre homens e mulheres, mas que ainda guarda e preserva estas falsas representações consigo.

A sociedade precisa compreender as diferenciações entre homens e mulheres sob a ótica da alteridade e não da desigualdade, desta forma considerando as diferenças como necessárias para a constituição da vida social e entendendo que as diversidades entre os sujeitos não podem definir relações de superioridade e inferioridade.

Este respeito às diferenças entre homens e mulheres ajuda a combater as representações estabelecidas, principalmente quando estas representações relacionam-se com a profissão docente. Mais do que apenas uma vocação ou missão, a docência implica antes de tudo em uma profissão, que exige profissionais qualificados e comprometidos de seu papel social no auxílio à formação de cidadãos, independentemente de seu gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso ao final traz considerações acerca da pesquisa com o tema voltado para a Educação. Trazem dois pontos complexos, o gênero entendido muitas vezes como determinante nas funções de trabalhos e a imposição da maternidade como regra para a carreira de professora.

A pesquisa mostrou os desafios que as mulheres vêm enfrentando para conseguir concepções e ações pautadas na igualdade de gênero em uma sociedade muitas vezes com postura machista. A luta por quebrar paradigmas religiosos até hoje é uma resistência contra elas, em que em muitas civilizações elas ainda são vistas apenas como mantenedoras dos lares, propriedade do marido, e todo cuidado e dedicação na criação de seus filhos, logo elas não podem estudar, nem dirigir ou andar sozinhas sem presença da figura masculina.

Porém quando nos deparamos com a história por elas relatadas, vemos que as mulheres tem tão capacidade quanto os homens, essa hierarquia de dominador e dominante é construída historicamente por sociedades que insistem nessa desigualdade de gênero, impedindo que mulheres também alcancem pódios, medalhas, troféus, reconhecimentos.

Por outro lado, a decisão do homem por sair das salas de aulas, deram oportunidades às mulheres no mercado de trabalho, dando um avanço nas mudanças da sociedade.

Porém, esses foram às únicas portas abertas para o crescimento de trabalho e renda das mulheres, pois ainda é um desafio às mulheres terem peso em outros cargos elevados que os homens.

Também percebemos a predominância que as mulheres tinham na educação antigamente, onde elas eram vistas como mestres nas salas de aula em que os pais confiavam os seus filhos, dando-lhes o respeito e autoridade.

Percebeu-se também que nos dias de hoje, essa predominância acabou, os pais não tratam mais as professoras como um ser abençoado por Deus para ensinar, cuidar, educar e disciplinar seus filhos, agora, eles olham para essas profissionais da educação com desrespeito, impondo e transferindo a educação somente à escola.

Isso demonstrou muito os perfis dos pais, alunos e professores nessas épocas, em outras palavras, a sociedade mudou bruscamente de anos atrás para hoje, não se vê mais pais preocupados com a educação dos filhos e nem filhos preocupados com os seus futuros. Relatos das professoras aposentadas trazem reflexões de que antigamente os professores amavam ensinar, os pais tinham a satisfação de levar os seus filhos na escola e os alunos

disposição e interesse em querer aprender nas salas de aula. Sem mencionar nas diferenças de recursos de antes para hoje, é frustrante saber que antes o pouco era suficiente e hoje o muito é insuficiente.

A entrada da mulher no magistério se deu, principalmente, pelo aumento de cargos onde os homens abandonaram quase por completo as salas de aula, indo em busca de outras atividades com melhores remunerações. Neste contexto, a falta de quem pudessem continuar com essa profissão permitiu que as mulheres adentrassem e ocupasse esse cargo. Em Benjamin Constant, foi o fato que as aulas foram específicas para as meninas e ainda tinham estudo sobre como ser dona de lar, então, em outras palavras, você concluía os estudos para ser professora ou para ser dona do lar.

Este trabalho mostrou que as mulheres com muitas lutas e persistências sobre seus direitos conseguiram espaço na sociedade, em que os cargos que eram somente para homens passaram a ser das mulheres também, mas infelizmente as mulheres ainda sofrem com as estereotípias criadas acerca de seu sexo e que essas definições tiveram implicações diretas no exercício do magistério.

As representações construídas das professoras mulheres com instinto maternal e o cuidado de crianças em sua essência só as qualifica para estarem à frente das salas de aula, lidando diretamente com os alunos. Quando se trata de administração e decisões, então se julga que o homem é o mais apropriado. Esta é a triste e errônea visão de uma sociedade ainda patriarcal e preconceituosa, que finge ter eliminado de vez as dicotomias entre homens e mulheres, mas que ainda guarda e preserva estas falsas representações.

A sociedade precisa compreender as diferenciações entre homens e mulheres sob a ótica da alteridade e não da desigualdade, desta forma considerando as diferenças como necessárias para a constituição da vida social e entendendo que as diversidades entre os sujeitos não podem definir relações de superioridade e inferioridade.

Este respeito às diferenças entre homens e mulheres ajuda a combater as representações estabelecidas, principalmente quando estas representações relacionam-se com a profissão docente. Mais do que apenas uma vocação ou missão, a docência implica antes de tudo em uma profissão, que exige profissionais qualificados e comprometidos de seu papel social no auxílio à formação de cidadãos, independente de seu gênero.

Enfim, foi de sua importância realizar este trabalho como estudante do curso de Pedagogia ter a privilégio de conhecer mulheres que lutaram em prol da educação, principalmente por ter conhecido a realidade de antes, comparar com a realidade de hoje e

enxergar mudanças e deixar aqui uma oportunidade para novas pesquisas que repercutam, afim de discutir e debater sobre essas questões que por anos foram invisibilizadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane. Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- _____. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Demerval, et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2006.
- ALAMBERT, Zuleika. *A Mulher na História. A História da Mulher*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP; Abaré, 2004.
- ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. *A importância da história oral como metodologia de pesquisa*. Universidade Federal de Uberlândia – Eventos UFU, 2016. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf> Acesso em 25 de nov. 2021.
- AMADO, Janaína. *A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral*. São Paulo: Revista Projeto História, nº 15, abril/1997, p.145-155.
- ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre: Imagens e Auto-Imagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2001.
- ARTIGO 19 BRASIL. *Dados sobre Feminicídio no Brasil: invisibilidade mata*. 2018. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-Femicidio%25C3%25ADdio-no-Brasil-.pdf&ved=2ahUKÉwiWx5qjorz0AhV1rJUCHS_qCVAQFnoECEIQAQ&usq=AOvVaw3gm5VwA2hzV9SIIZXwATki Acesso em: 28 de nov. 2021.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: nº 4024/Brasília: 1961.
- BRASIL. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. MEC. Ensino de 1º e 2º grau.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 de dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/9394.htm. Acesso em: 10 mar. 2014.
- BRASIL. Congresso Nacional. Processos Legislativos da Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Disponível em: www.senado.gov.br e www.camara.gov.br. Acesso em 2 abr. 2014.
- BRASÍLIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em <http://www.ipea.gov.br> Acesso em: 20 set. 2010.
- BREZEZINSKI, Íria. *A formação do professor primário para o início da escolarização*. Goiânia, Secretaria de Educação e Cultura/Universidade Católica de Goiás, 1987.
- CARVALHO, Marília Pinto de. *Trabalho docente e as relações de gênero*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.1, n. 2, p. 77-84, mai/jun/jul/ago. 1996.
- COSTA, Francisca Thais Pereira; SILVA, Maria Miraíre Pereira; BESSA, Valkiria Tatiane Pereira; CALDAS, Iandra Fernandes Pereira. *A História da Profissão Docente: imagens e autoimagens*. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br> Acesso em 25 de nov. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula: In: DEL PRIORI, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2007. P. 443-481.

LOMBARDO, Livia. *Como fazíamos sem professores? Na pré-história, a tarefa de educar cabia a todos os adultos*, 2008. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/educaçao-pre-historia-396338.shtml> Acesso em: 23 nov. 2021.

LIMA, A. M. *Feminização do trabalho docente. XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015.

MANSINI, E. J. *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MATUOKA, Ingrid. *Nísia Floresta: a primeira educadora feminista do Brasil*. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/&ved=2ahUKEwic3L-kvrv0AhVjr5UCHTTIB30QFnoECDwQAQ&usg=AOvVaw37RomGe-qQAxtZ9z8G69> Acesso em: 28 de nov. 2021.

MEIHY, José Carlos Sabe. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MOREIRA, Maria Cecília Gonçalves. A Violência entre Parceiros Íntimos: o difícil processo de ruptura. In: *A condição feminina: uma breve retrospectiva histórica*. Disponível em: <https://www.maxwell.urac.puc-rio.br> Acesso em 23 nov. 2021.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na idade média*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed. p. 43 e 44.

NASCIMENTO, M. F. D. *Ser mulher na idade média*. Madrid, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Downloads/5807-18572-1-PB.pdf> Acesso em: 23 nov. 2021.

NÓVOA, A. (1995). O passado e o presente dos professores. In: Nóvoa, Antônio. *Profissão Professor*. Porto. Porto Editora. (p. 13-34).

OLIVEIRA, T.; VIANA, A. P. S.; BOVETO, L.; SARACHE, M. V. *Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas*. Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 06, n. 02, p. 145-160, 2013.

PEREIRO, X. (2004/2005). *Apontamentos de antropologia cultural*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro-UTAD. Disponível em: www.miranda.utad.pt/~xerardo Acesso em: 23 nov. 2021.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como gênero. Projeto História*. São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001.

PRIORI, Mary Del. *Mulheres no Brasil Colonial*. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2003.

PRIORI, M. D. *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos orais do “indizível” ao “dizível”. In: *Experimentos como histórias de vida*: Itália-Brasil. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1998, p. 14-43.

RABELO, A. O. *A memória das normalistas do IESK de Campo Grande/RJ. 124f. Dissertação de Mestrado – Mestrado em Memória Social e Documento*, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2004.

ROSA, Renata Vidica Marques da. *Feminização do Magistério: representações e espaço docente*. Revista Pandora Brasil – Edição Especial nº 4, 2011. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com> Acesso em: 25 de nov. 2021.

SCHLICHTA, Consuelo. *Arte e educação: há um lugar para a arte no ensino médio?* Curitiba: Aymar, 2009.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da; SANTOS, Luciana Mateus; TEXEIRA, Luciane Alves; LUSTOSA, Maria Alice; COUTO, Silvio César Ribeiro; VICENTE, Therezinha Alves; PAGOTTO, Vânia Pereira Facundes. *A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais*, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006#:~:text=Quando%20se%20procura%20entender%20o,seus%20grupos%20e%20classes%20sociais.&text=Talvez%20%20ainda%20hoje%20%20o%20inconsciente,%C3%A0s%20id%20%C3%A9ias%20passadas%20por%20gera%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 23 nov. 2021.

TELLES, A. M. V.; SILVA, J. C. *História da Educação: Curso de pedagogia da Unioeste no contexto da feminização do Magistério(1970-1990)*. Seminário de Pesquisa do PPE: Universidade Estadual de Maringá, 12 a 14 de junho de 2013.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. *De Heródoto ao gravador: histórias da História Oral. Resgate* – Revista Interdisciplinar de Cultura do Centro de Memória – UNICAMP. Número 01. Campinas: CMU, 1990.

VIRTUOUS, Grupo. *História da educação – período primitivo*. 2008. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/historia/primitivo.php> Acesso em: 23 nov. 2021.

WOLFF, C. S. *Profissões, trabalhos: coisas de mulheres*. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, v.18, n. 2, p. 503-506, mai/ago. 2010.

VON SIMSON, Olga (org.). *Os desafios contemporâneos da história oral* – 1996. Campinas – SP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

WOLFF, C. S. *Profissões, trabalhos: coisas de mulheres*. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, v.18, n. 2, p. 503-506, mai/ago. 2010.

XAVIER, L. N. *A Construção social e histórica da profissão docente*. Rev. Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, p. 827-849, out/dez. 2014.

APÊNDICE:

MEMORIAL

1.1 MEMORIAL- JUSTIFICANDO A ESCOLHA PELA TEMÁTICA

O Memorial se constitui em um exercício de interrogação de nossas experiências passadas para fazer aflorar não só recordação/lembança, mas também informações que confirmam novos sentidos ao nosso presente. A forma como encaramos certas situações e objetivos está impregnada por nossas experiências passadas. A escrita tem o poder de trazer de novo o que, devido à ação do tempo, ficou esquecido em algum lugar da memória. A memória é o ponto de partida e de chegada; ela nos enche de sentido; mistura tudo: sensações, emoções e lembranças. Divide, classifica, organiza, esclarece e confunde, é o resultado de uma narrativa da própria experiência retomada a partir dos fatos significativos que nos vêm à lembrança. De acordo com Le Vem *et al*:

As entrevistas permitem ao entrevistado uma reformulação da sua identidade, na medida em que se vê perante o outro. Ele se percebe “criador da história” a partir do momento em que se dá conta que, mesmo minimamente, transformou e transforma o mundo (talvez até sem ter a consciência disso), questionado elementos da vida social. Então ele pára e reflete sobre sua vida _ e este momento é acirrado pelas entrevistas, ocorrendo com frequência _ se vê como um ator social e “criador da história”. Essas pessoas, de objetos da pesquisa, se tornam sujeitos, pois percebem não só sua história de vida, mas seu projeto de vida nesse processo de auto-análise (1997, p. 220).

Fazer um Memorial e justificar os motivos da escolha pela temática consiste, então, em um exercício sistemático de escrever a própria história, rever a própria trajetória de vida e aprofunda a reflexão sobre ela. Esse é um exercício de autoconhecimento e de transformação. É um relato que reconstrói a trajetória pessoal, mas que tem uma dimensão reflexiva, pois implica que quem relata se coloca como sujeito que se auto interroga e deseja compreender-se como o sujeito de sua própria história.

1.2 BIOGRAFIA

Meu nome é Anny Katharine Mesquita dos Santos, nasci no dia 29 de Maio de 1996, no Município de Tabatinga – AM, sou de uma família por três irmãos por parte de mãe, sou a única filha mulher e a mais velha de Cássia Souza de Mesquita e Gentil Nogueira dos Santos, eles se separam separaram antes de eu completar 1 ano de vida. Minha mãe desde muito nova

já trabalhava pra sustentar a sua família (mãe e irmãs), com a minha chegada ela precisava trabalhar ainda mais. Ela passou por um período lamentável quando iniciou um relacionamento com um homem, que aparentemente era um homem bom, mas aos poucos foi apresentando ciúmes doentios, a ponto de atirar em minha mãe e cometer suicídio.

Percebe-se nesse contexto cenas de uma sociedade machista em que a mulher, mãe, que trabalha fora de casa, é professora, e tem um companheiro ciumento, doente e obsessivo acaba prejudicando a vida não só dela, mas de toda uma sociedade.

O feminicídio e a violência contra a mulher no Brasil são problemas gravíssimos e que exigem imediatas de medidas de combate. Em 2015 o Brasil sancionou a Lei 13.104/2015, que introduz uma qualificadora que aumenta a pena para autores de crimes de homicídio praticado contra mulheres. A aplicação da qualificadora eleva a pena mínima deste crime de 6 a 12 anos e a máxima, de 20 para 30.

“Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro.”

Instituto Patrícia Galvão, Dossiê Feminicídio

Embora não ter nascido em um lar perfeito e com problema de saúde, minha infância foi muito bem aproveitada. Eu, minhas tias e minha prima estávamos sempre juntas nos divertindo. Tínhamos nossas brincadeiras no quintal e na frente de casa, nós tínhamos imaginações afloradas, adorávamos brincar de fazer comidinhas. Quando a dia ficava chuvoso e com muitos raios e relâmpagos minha família não permitia que a gente saísse para brincar, então nós brincávamos dentro de casa com brinquedos de cozinha de plástico. Eu gostava de brincar com minhas tias e prima de boneca, cada uma tinha sua boneca e gostávamos de trocar os vestidinhos, colocar acessórios e pentear os cabelos, até fazíamos piscinas para as bonecas.

Anos mais tarde, minha mãe conhece outro homem. Esse relacionamento mudou mais ainda a minha vida, eu com apenas oito anos de idade e minha mãe tivemos que nos mudar para Benjamin. Não foi fácil deixar a família em Tabatinga para morar distante de quem ama. Aos poucos fui me adaptando com a nova casa, mas não era uma criança doce e amável, meu coração estava repleto de raiva pelas coisas que vinham acontecendo e ainda mais pela mudança inesperada.

O tempo foi passando e fui se acostumando com tudo, fiz novas amizades e estava começando a dar certo de novo. Não demorou muito a piorar as coisas, o novo relacionamento da minha mãe gostava de se envolver em bebedeiras e isso aliado a violência física e agressões a minha mãe. E via novamente a cena de violência se repetir. A polícia era acionada e a cena de terror mais uma vez estava armada, não queira saber o que uma menina de apenas 14 anos estava passando naquele momento. Minha mãe me mandou de volta para Tabatinga. Quando retorno vejo que ainda continuava as mesmas situações, assim cresci em um espaço complicado pelo alcoolismo e violências.

Todas essas situações me tornaram ainda mais fria e sem afeto, muito diferente de quando eu era criança, muito antes de ver quase minha mãe em um caixão. Situações como essas que as pessoas não entendem porque sou tão “dura”, porque elas não sabem que no momento que era pra chorar e correr para os braços da minha mãe e pedir consolo, eu que tive que ser o consolo da minha mãe. Então, não julgo o sofrimento alheio, respeito as dores das pessoas, por menor que seja, ninguém sabe de fato o que nos causam tantas insônias.

Na adolescência comecei a me divertir responsabilmente. Seguia as normas para as meninas: sair de casa cedo e retornar cedo também, e na companhia de meninas de confiança e bem vistas na sociedade; não visitar lugares impróprios, enfim tudo aquilo que as meninas devem seguir quando se está na adolescência. As saídas de certa forma me ajudaram a ficar longe dos problemas de família, só que criavam mais problemas, porque acabávamos ultrapassando o horário, começar a se interessar por um relacionamento amoroso, conhecer pessoas novas. Assim, era castigada ao chegar em casa, isso incluía a ajudar a cuidar dos meus irmãos.

Outro espaço conquistado foi em minha juventude quando eu começo a frequentar a Igreja. Foi uma mudança significativa em minha vida, comecei a enxergar tudo com outros olhos.

Nos relacionamentos tinha um grande problema o meu jeito com as pessoas, minha personalidade para ser exata. Meus hábitos, ego, frieza, e muitos outros pontos negativos, me tornaram uma pessoa de ruim relacionamento com outras, só com o tempo que fui melhorando com ajuda de pessoas e ainda sinto uma forte energia me puxando para o passado.

Minha vida não foi fácil e ainda não é fácil, sou cobrada diariamente por minha mãe por quem devo me tornar, por quem devo ser perante a sociedade. Só que não é fácil quando se tem um passado sombrio, um passado que até você tem medo de pensar. Eu fiz vestibular para entrar na Ufam em 2014 e consegui, me senti tão capaz de fazer outras coisas, esqueci dos

obstáculos e comecei a sonhar de novo nas possibilidades de ter uma vida totalmente diferente.

1.3 VIDA ACADÊMICA

Após eu concluir o ensino médio em 2012, fiz o vestibular em 2013 para Enfermagem - Manaus e Biologia e Química – Benjamin Constant, como não passei na primeira lista nas duas áreas me desliguei em acompanhar as listas de espera de ambas. Foi então, que cheguei a mudar para Tabatinga para estudar Técnico em Radiologia por quase 2 anos, cheguei a concluir o técnico, mas não atuo na área. Em 2014 fiz o vestibular para pedagogia – Benjamin Constant e passei. Em outubro do mesmo ano iniciei as aulas na UFAM, uma nova jornada na minha vida por quase 5 anos de pura estudo e dedicação ao meu futuro profissional. Lembro ainda do meu primeiro dia de aula, que na verdade não teve aula, apenas boas vindas aos calouros. Depois disso, só vieram trabalhos, atividades, pesquisas, eventos, relatórios, projetos, exercícios práticos, apresentações, debates, leituras e estágios. Desafios que me deixaram confiantes em certas áreas que já tinha o conhecimento e desafiadoras por não saber como fazer. No final de todas elas, me deram experiência, pois o que já tinha o conhecimento tive que destruir e construir em conjunto, o que foi assustador e fantástico ao mesmo tempo. Assustador porque não sou muito de confiar nas pessoas e deixar alguém responsável por tal atividade é inseguro demais, pode acontecer na maior parte das vezes a pessoa não cumprir com o seu dever, porém, fantástico devido ver que existem pessoas que podemos confiar tais tarefas e elas executarem com êxito e excelência.

Quando o 1º passou, já tive um pouco de sabedoria de como se funcionava o sistema (e-campus), reprografia, biblioteca e o espaço da Universidade. Conhecer o antigo prédio onde a minha mãe estudou e passou um tempo dormindo foi surreal. Foi uma parte da minha vida que relembrei ela recebendo o seu diploma e já sonhando em receber o meu também. Os períodos foram passando e as práticas chegaram o tempo que tive que construir o meu pré-projeto. Foi nesse período que descobri os detalhes nas estruturas para fazer o TCC e isso me deixou apavorada e me fez desanimar, mas, logo vi que com muita leitura e tirando as dúvidas podia construir e defender.

Tive dificuldades em encontrar um tema que me identificasse pra levar até o final e defender, por isso mudei várias e várias vezes de tema e delimitações. Sinto um pesar em dizer, mas as práticas não foram como deveriam ser, não coloco culpa no tempo que as práticas tiveram para nos dar total liberdade de concluí-las, mas em mim por não saber

sentar e conversar sobre o que está acontecendo e na pessoa responsável por me orientar, por “N” motivos de comunicação com essa pessoa, as minhas ideias já embaralhadas só fizeram se embaralhar mais ainda. Tive que buscar ajuda fora da Universidade para assim concluir as práticas.

Tive a oportunidade de entrar no PIBIC em 2019 com o tema A História da Educação Infantil em Benjamin Constant: trajetória e memória, que foi nesse projeto que a pessoa responsável (Marinete Lourenço Motta) me deu a luz que eu tanto precisava, me orientou, deu ideias, deu dicas, tirou as minhas dúvidas, se disponibilizou a ser minha orientadora nas próximas práticas e a partir daí tudo foi fluindo. Esse momento da minha vida estava começando a fazer sentido, quando de repente meu relacionamento de quase 7 anos (colegial e acadêmico) acaba e fico novamente desorientada. O impacto que isso causou no meu psicológico, me fez da aluna mais brilhante da faculdade para a menina que ninguém estava reconhecendo nas aulas, despenquei nas notas e elogios dos professores e isso só me fez piorar ainda mais. Meio que abandonei o PIBIC da metade ao final, porque já não ia mais as orientações, não entregava mais os relatórios, deixei a professora sozinha com todo o trabalho por fazer, entregar e se responsabilizar, foi algo que nunca tinha feito e isso me deu uma grande lição de vida que levarei para comigo.

Mais adiante, chegou o corona vírus e minha situação era apenas duas disciplinas e o TCC, me mudei para Tabatinga novamente e comecei a trabalhar numa escola particular (Ibret) por quatro meses, tive novas experiências, descobri que uma escola particular é totalmente diferente de uma pública, começando pelo pagamento mensal, faltas de professores e os conteúdos ainda serem passados sem falta nas salas de aula, a classe financeira dos pais, a convivência gestor, professor e aluno e entre outros fatores. O tempo mais angustiantes nesse tempo, foi que estava trabalhando e ao mesmo tempo tendo aulas na Ufam virtuais por aplicativos, nessa correria toda, consegui concluir as duas últimas disciplinas, restando apenas o TCC.

A minha nova orientadora, Professora Doutora Jarliane Ferreira da Silva, me orientou a utilizar o PIBIC já trabalhado e juntar com a minha ideia de abordar as mulheres na educação. Foi aí que decidi ficar com esse tema até a minha defesa, pois lembro que na minha regência me veio a curiosidade de saber porque só tinham mulheres na educação e não homens. Então, com a ajuda e orientação da minha professora e doutora decidimos o tema do meu TCC: O Processo de Feminização no Magistério: uma análise das histórias e memórias de professoras aposentadas no município de Benjamin Constant/AM.

A minha vida acadêmica não foi nada do que planejei, ela foi aquilo que precisei passar para me definir como uma profissional da educação competente e preparada para lidar com meus futuros alunos e parceiros de trabalho. Reconheço hoje a importância de um profissional da educação, o respeito que devemos a todos eles e os agradecimentos por formar todas as outras áreas.